

PALÁCIO BARRIGA VERDE



DIÁRIO DA ASSEMBLEIA

ANO LXI

FLORIANÓPOLIS, 26 DE MARÇO DE 2012

NÚMERO 6.394

MESA

Gelson Merisio
PRESIDENTE

Moacir Sopelsa
1º VICE-PRESIDENTE

Nilson Gonçalves
2º VICE-PRESIDENTE

Jailson Lima
1º SECRETÁRIO

Reno Caramori
2º SECRETÁRIO

Antonio Aguiar
3º SECRETÁRIO

Ana Paula Lima
4ª SECRETÁRIA

LIDERANÇA DO GOVERNO
Elizeu Mattos

PARTIDOS POLÍTICOS
(Lideranças)

PARTIDO PROGRESSISTA
Líder: Silvio Dreveck

**PARTIDO DO MOVIMENTO
DEMOCRÁTICO BRASILEIRO**
Líder: Manoel Mota

PARTIDO SOCIAL DEMOCRÁTICO
Líder: Darci de Matos

PARTIDO DOS TRABALHADORES
Líder: Dirceu Dresch

**PARTIDO DA SOCIAL
DEMOCRACIA BRASILEIRA**
Líder: Dado Cheram

**PARTIDO TRABALHISTA
BRASILEIRO**
Líder: Narcizo Parisotto

PARTIDO COMUNSTA DO BRASIL
Líder: Ângela Albino

PARTIDO POPULAR SOCIALISTA
Líder: Altair Guidi

**PARTIDO DEMOCRÁTICO
TRABALHISTA**
Líder: Sargento Amauri Soares

COMISSÕES PERMANENTES

**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO
E JUSTIÇA**

Romildo Titon - Presidente
Adilor Guglielmi - Vice-Presidente
Sargento Amauri Soares
Seráfim Venzon
José Nei Alberton Ascari
Dirceu Dresch
Volnei Morastoni
Sívio Dreveck
Elizeu Mattos

**COMISSÃO DE TRANSPORTES E
DESENVOLVIMENTO URBANO**

Valmir Comin - Presidente
Manoel Mota - Vice-Presidente
Angela Albino
Jean Kuhlmann
Mauro de Nadal
Pe. Pedro Baldissera
Marcos Vieira

**COMISSÃO DE PESCA E
AQUICULTURA**

Adilor Guglielmi
Altair Guidi
José Milton Scheffer
Darci de Matos
Manoel Mota
Manoel Mota
Pe. Pedro Baldissera - Presidente

**COMISSÃO DE AGRICULTURA, E
POLÍTICA RURAL**

Aldo Schneider
Narcizo Parisotto
José Milton Scheffer
Mauro de Nadal
Dirceu Dresch
Adilor Guglielmi
José Nei Alberton Ascari

**COMISSÃO DE TRABALHO,
ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO
PÚBLICO**

Angela Albino
Altair Guidi
Silvio Dreveck
Jorge Teixeira
Elizeu Mattos
Manoel Mota
Marcos Vieira

**COMISSÃO DE DEFESA DOS
DIREITOS DA PESSOA COM
DEFICIÊNCIA**

José Nei Alberton Ascari - Presidente
José Milton Scheffer - Vice-Presidente
Dado Cheram
Luciane Carminatti
Dirce Heiderscheidt
Carlos Chiodini
Angela Albino

**COMISSÃO DE FINANÇAS E
TRIBUTAÇÃO**

Marcos Vieira - Presidente
Gilmar Knaesel
Sargento Amauri Soares
Valmir Comin
Manoel Mota
Luciane Carminatti
Neodi Saretta
Darci de Matos - Vice-Presidente
Aldo Schneider

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA

Gilmar Knaesel
Sargento Amauri Soares
Kennedy Nunes
Marcos Vieira
Maurício Eskudlark
Dirce Heiderscheidt
Volnei Morastoni

**COMISSÃO DE ECONOMIA, CIÊNCIA,
TECNOLOGIA, MINAS E ENERGIA**

José Milton Scheffer - Presidente
Angela Albino - Vice-Presidente
Jorge Teixeira
Carlos Chiodini
Edison Andrino
Dirceu Dresch
Adilor Guglielmi

**COMISSÃO DE TURISMO E MEIO
AMBIENTE**

Gilmar Knaesel
Altair Guidi
Valmir Comin
Jorge Teixeira
Edison Andrino
Dirce Heiderscheidt
Neodi Saretta

**COMISSÃO DE ÉTICA E DECORO
PARLAMENTAR**

Jean Kuhlmann - Presidente
Luciane Carminatti - Vice-Presidente
Pe. Pedro Baldissera
Narcizo Parisotto
Joares Ponticelli
Elizeu Mattos
Carlos Chiodini
Gilmar Knaesel
Ismael dos Santos

**COMISSÃO DE DIREITOS E
GARANTIAS FUNDAMENTAIS, DE
AMPARO À FAMÍLIA E À MULHER**

Dirce Heiderscheidt
Dado Cheram
Angela Albino
Silvio Dreveck
Ismael dos Santos
Romildo Titon
Luciane Carminatti

**COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA
E DESPORTO**

Carlos Chiodini - Presidente
Luciane Carminatti - Vice-Presidente
Sargento Amauri Soares
Joares Ponticelli
Ismael dos Santos
Mauro de Nadal
Gilmar Knaesel

**COMISSÃO DE RELACIONAMENTO
INSTITUCIONAL, COMUNICAÇÃO,
RELAÇÕES INTERNACIONAIS E DO
MERCOSUL**

Adilor Guglielmi - Presidente
Narcizo Parisotto - Vice-Presidente
Kennedy Nunes
Jorge Teixeira
Elizeu Mattos
Edison Andrino
Neodi Saretta

**COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO
PARTICIPATIVA**

Angela Albino - Presidente
Manoel Mota - Vice-Presidente
Silvio Dreveck
José Nei Alberton Ascari
Romildo Titon
Pe. Pedro Baldissera
Gilmar Knaesel

COMISSÃO DE SAÚDE

Seráfim Venzon
Sargento Amauri Soares
Valmir Comin
Jorge Teixeira
Carlos Chiodini
Mauro de Nadal
Volnei Morastoni

COMISSÃO DE PROTEÇÃO CIVIL

Kennedy Nunes
Manoel Mota
Aldo Schneider
Dirceu Dresch
Angela Albino
Maurício Eskudlark
Dado Cheram

<p>DIRETORIA LEGISLATIVA</p> <p>Coordenadoria de Publicação: Responsável pela digitação e revisão dos atos da Mesa e publicações diversas, bem como editoração, diagramação e distribuição. Coordenador: Roberto Katumi Oda</p> <p>Coordenadoria de Taquigrafia do Plenário: Responsável pela composição e revisão das atas das sessões ordinárias, especiais, solenes e extraordinárias. Coordenadora: Lenita Wendhausen Cavallazi</p> <p>DIRETORIA DE TECNOLOGIA E INFORMAÇÕES</p> <p>Coordenadoria de Divulgação e Serviços Gráficos: Responsável pela impressão. Coordenador: Claudir José Martins</p>	<p>DIÁRIO DA ASSEMBLEIA</p> <hr/> <p>EXPEDIENTE</p> <hr/>  <p>Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina Palácio Barriga Verde - Centro Cívico Tancredo Neves Rua Jorge Luz Fontes, nº 310 - Florianópolis - SC CEP 88020-900 - Telefone (PABX) (048) 3221-2500 Internet: www.alesc.sc.gov.br</p> <p>IMPRESSÃO PRÓPRIA - ANO XXI NESTA EDIÇÃO: 24 PÁGINAS TIRAGEM: 5 EXEMPLARES</p>	<p>ÍNDICE</p> <p>Plenário Ata da 018ª Sessão Ordinária realizada em 20/03/2012.....2</p> <p>Atos da Mesa Ato da Presidência DL 16</p> <p>Publicações Diversas Ata de Comissões Permanentes..... 16 Audiência Pública 18 Portarias 22 Redações Finais 22</p>
---	---	---

P L E N Á R I O

ATA DA 018ª SESSÃO ORDINÁRIA

DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 17ª LEGISLATURA

REALIZADA EM 20 DE MARÇO DE 2012

PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO GELSON MERISIO

Às 14h, achavam-se presentes os seguintes srs. deputados: Aldo Schneider - Altair Guidi - Ana Paula Lima - Angela Albino - Antônio Aguiar - Carlos Chiodini - Dado Cherem - Darci de Matos - Dirceu Heiderscheidt - Dirceu Dresch - Dóia Guglielmi - Edison Andrino - Gilmar Knaesel - Ismael dos Santos - Jean Kuhlmann - Joares Ponticelli - José Milton Scheffer - José Nei Ascarí - Kennedy Nunes - Luciane Carminatti - Manoel Mota - Marcos Vieira - Maurício Eskudlark - Mauro de Nadal - Moacir Sopelsa - Narcizo Parisotto - Neodi Saretta - Padre Pedro Baldissera - Reno Caramori - Romildo Titon - Sargento Amauri Soares - Serafim Venzon - Silvío Dreveck - Valmir Comin - Volnei Morastoni.

SUMÁRIO

Breves Comunicações

DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Afirma que pretende aprofundar o debate de questões relativas aos direitos da mulher, como coordenadora da bancada feminina.

DEPUTADO VOLNEI MORASTONI - Fala sobre a situação do Hospital Marieta Konder Bornhausen, de Itajaí.

DEPUTADO RENO CARAMORI - Pede a aprovação da PEC n. 0001/2012, que regulamenta o trabalho dos bombeiros voluntários.

DEPUTADO NEODI SARETTA (aparte) - Solidariza-se com o deputado Reno Caramori.

DEPUTADO PADRE PEDRO BALDISSERA - Manifesta apoio ao PL que tramita na Casa e propõe a destinação de 12% dos recursos do Fundo Social e do Seitec para a Saúde.

Partidos Políticos

DEPUTADO SILVIO DREVECK - Lamenta a aprovação da Emenda Constitucional n. 29 sem a vinculação do percentual de investimentos da união na Saúde.

DEPUTADO JOARES PONTICELLI (aparte) - Condena a concentração de recursos no governo federal.

DEPUTADO DARCI DE MATOS - Reporta-se à PEC que trata da regulamentação do trabalho dos bombeiros voluntários.

DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS (aparte) - Destaca o mérito do debate sobre os bombeiros voluntários de SC.

DEPUTADO NEODI SARETTA (aparte) - Apela pelo consenso na questão dos bombeiros voluntários.

DEPUTADO MAURO DE NADAL - Reclama da centralização dos recursos e pede o reajuste da tabela do SUS.

DEPUTADO SERAFIM VENZON - Opina que é preciso buscar maneiras de destinar mais recursos para os hospitais de SC.

DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Enfatiza a necessidade de discutir toda a gestão da saúde no país; relata as ações do governo federal para minorar os prejuízos dos agricultores com a estiagem.

DEPUTADO KENNEDY NUNES (aparte) - Informa que a comissão de Defesa Civil abordará o tema do pronunciamento do deputado Dirceu Dresch.

DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Ressalta que o SUS atende a todos sem discriminação e de forma integral, mas nunca foi efetivamente cumprido.

Ordem do Dia

DEPUTADO NEODI SARETTA - Discute o PL n. 0041/2012.

DEPUTADO VOLNEI MORASTONI (pela ordem) - Reporta-se a requerimento de sua autoria que pede a realização de concurso para taquígrafo.

DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES (pela ordem) - Solidariza-se com o deputado Volnei Morastoni.

Explicação Pessoal

DEPUTADO DIRCEU DRESCH (pela ordem) - Registra a presença do prefeito e do vice-prefeito de Chapadão do Lageado.

DEPUTADO VALMIR COMIN - Cumprimenta Turvo pelo aniversário; comenta o

enquadramento da ponte Hercílio Luz nos benefícios da Lei Rouanet.

DEPUTADO MANOEL MOTA (aparte) - Elogia o deputado Valmir Comin pelos temas abordados.

DEPUTADO SERAFIM VENZON - Critica o modelo de retorno do imposto aos estados e municípios.

DEPUTADO JOARES PONTICELLI - Expressa preocupação com o crescimento da dívida de SC e qualificou o juro da dívida pública como agiotagem.

DEPUTADO SERAFIM VENZON (aparte) - Corroborar da preocupação do deputado Joares Ponticelli sobre as dívidas dos estados.

DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK - Defende que todas as corporações de bombeiros do estado a partir de agora sejam militares.

DEPUTADO MANOEL MOTA - Pede a implantação de curso de Medicina da UFSC na cidade de Araranguá.

DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS - Reclama da morosidade para a duplicação da BR-470.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Havendo quórum regimental e invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão.

Solicito ao sr. secretário que proceda à leitura das atas das sessões anteriores.

(São lidas e aprovadas as atas.)

Solicito à assessoria que preceda a distribuição do expediente aos srs. deputados.

Passaremos às Breves Comunicações.

A primeira oradora inscrita é a sra. deputada Ana Paula Lima. Antes, porém, com a sua compreensão, deputada, quero cumprimentar todos os visitantes de hoje e dar-lhes as boas-vindas.

Com a palavra a sra. deputada Ana Paula Lima, por até dez minutos.

A SRA. DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Muito obrigado, sr. presidente!

Quero cumprimentar os srs. parlamentares, o público que nos acompanha na sessão ordinária desta terça-feira, 20 de março, nas galerias da Casa do Povo, bem como os que nos acompanham pela TVAL e pela Rádio Alesc Digital.

Falo hoje, sr. presidente, em Breves Comunicações, sobre a bancada feminina da Assembleia Legislativa, a qual tenho a missão e a honra de coordenar durante este ano.

Somos quatro deputadas nesta Casa. No ano passado a coordenação da bancada feminina esteve a cargo da deputada Angela Albino, do PCdoB. Este ano estaremos coordenando os trabalhos.

Começo a minha fala dizendo que nos últimos dias, por sugestão da deputada Luciane Carminatti, li a trajetória da nossa presidenta Dilma Rousseff, que diz que a vida quer é coragem.

Nós, mulheres, já nascemos com essa coragem implícita, porque vir para este mundo coordenar uma família, trabalhar fora, estudar, dar conta dos filhos, dos nossos companheiros, e no caso da presidenta Dilma Rousseff ainda ter a responsabilidade de governar o país.

Quando as mulheres estão nos espaços de decisão são muito mais

cobradas do que os homens, porque não elas não têm apenas que dizer que são boas, têm que provar a todo o momento que são ótimas em tudo que fazem: ótimas mães, ótimas donas de casa, ótimas parlamentares, ótimas profissionais.

Mas a nossa presidenta Dilma Rousseff está dando, realmente, um *show* de administração, ela é uma gestora nata, uma mulher capaz, competente, politizada e que está desde a sua juventude lutando por um Brasil melhor, mais justo, mais igualitário. Na verdade, estou encantada com a narrativa de Ricardo Batista Amaral.

Voltando à bancada feminina, nós, no dia 9 de março do ano passado, formamos a representação feminina do Parlamento de Santa Catarina. Essa decisão fez parte do calendário de atividades comemorativas, além de ser uma ação afirmativa neste Parlamento. Unindo-nos num fórum constituído, teremos mais força para receber e encaminhar demandas de fortalecimento de políticas públicas para as mulheres.

Falo em políticas públicas para as mulheres porque defendendo as mulheres automaticamente estaremos fazendo políticas públicas para toda uma geração.

Apesar de considerarmos que precisamos avançar em relação à presença feminina no Parlamento catarinense, é fato que pela primeira vez na história da Assembleia Legislativa deste estado 10% do total de parlamentares são mulheres. Ou seja, dos 40 deputados com assento nesta Casa, quatro são deputadas.

A nossa bancada é composta pelas deputadas Angela Albino, do PCdoB; Dirce Heiderscheidt, do PMDB; Luciane Carminatti, companheira do PT, e por esta deputada. Somos apenas quatro mulheres neste Parlamento e essas quatro mulheres também são a voz de homens e mulheres de Santa Catarina.

Unidas e em sintonia com os órgãos de representação das mulheres e com os movimentos sociais, conseguimos, ao longo de 2011, realizar eventos cujo maior objetivo foi ampliar a visibilidade para a luta das mulheres na sociedade. Através de reuniões com o governo do estado, de audiências públicas e de seminários, tivemos a oportunidade de aprofundar o debate sobre as reivindicações das mulheres catarinenses. Também tivemos a oportunidade de dar voz, neste Parlamento, a questões que nos têm angustiado há décadas em Santa Catarina.

Cito, como exemplo, os altos índices de violência doméstica, a discriminação nos ambientes de trabalho, como o assédio moral e também a desigualdade salarial. Soma-se a isso a ausência de políticas públicas em Santa Catarina para que a mulher possa estar no mercado de trabalho e que seus filhos estejam bem cuidados.

Digo isso porque na minha cidade, Blumenau, ao visitar, semana passada, alguns postos de saúde, verifiquei que num deles havia mães que após terem seus filhos tiveram que sair do trabalho, ou ela ou seu companheiro, porque não havia creche disponível. Ainda precisamos garantir o direito das mulheres que querem um local seguro para a educação de seus filhos e para que elas possam trabalhar também.

Temos como desafio para este ano olhar para o futuro na perspectiva de garantir cada vez mais os direitos das mulheres. Contamos com a condição favorável de termos uma presidenta da República, Dilma Rousseff, que tem reafirmado com palavras e com ações o esforço do governo federal para que haja desenvolvimento com proteção às mulheres.

E essas medidas se estendem a diversos campos, como na habitação. Recentemente a presidenta Dilma Rousseff assinou uma medida provisória, determinando que, em caso de divórcio ou de dissolução de união civil estável, a propriedade da casa financiada pelo programa Minha Casa, Minha Vida, fica com a mulher, a não ser que os filhos fiquem sob a responsabilidade do pai.

Outra medida anunciada no final da semana passada diz respeito ao combate à violência. A secretaria Nacional de Políticas Públicas para as Mulheres investirá cerca de R\$ 73,9 milhões para fortalecer a rede de atendimento para implementação da Lei Maria da Penha. É uma ação que faz parte do Pacto Nacional pelo Enfrentamento à Violência contra a Mulher, lançado em 2007, no mês de agosto.

Portanto, uma das tarefas da bancada feminina neste Parlamento será justamente cobrar do governo do estado de Santa Catarina o comprometimento com esse pacto e a contrapartida devida. As catarinenses não podem mais ficar à margem dos avanços que constam da pauta nacional devido à omissão do governo do estado de Santa Catarina.

Amanhã, srs. parlamentares, quarta-feira, estaremos realizando nesta Casa uma reunião ampliada da bancada feminina, que contará com a participação de entidades, como a Coordenadoria Estadual da Mulher, o Fórum Maria da Penha, o Conselho Estadual dos Direitos da Mulher e o Ministério Público. Queremos, em nosso estado, um diagnóstico da implementação da Lei Maria da Penha e certamente não vamos descansar enquanto o governo do estado não fizer a sua parte.

Por proposição do Ministério Público, serão realizadas essas reuniões em todas as regiões de Santa Catarina, com o intuito de fazer um diagnóstico e em seguida implementar as ações legais necessárias para que o governo do estado cumpra a sua obrigação com as mulheres deste estado.

Tivemos uma grande vitória no Supremo Tribunal Federal com a decisão incontestável da implementação da Defensoria Pública em Santa Catarina. As mulheres catarinenses ganharão muito com a Defensoria Pública. Teremos agora a oportunidade de entrar com ações que obrigam o governo do estado a implementar leis de interesse das mulheres, como a Lei Maria da Penha; poderemos também exigir o aumento de vagas nas unidades de educação infantil, o acesso à saúde, a exames e diagnósticos.

Ao mesmo tempo, não podemos perder de vista que vamos vivenciar um ano eleitoral, no qual pretendemos fortalecer a participação da mulher, aumentando o número de vereadoras, prefeitas...

(Discurso interrompido por término do horário regimental.)

(SEM REVISÃO DA ORADORA)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - O próximo orador inscrito é

o sr. deputado Volnei Morastoni, a quem concedo a palavra por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO VOLNEI MORASTONI - Sr. presidente, srs. deputados, sra. deputada Ana Paula Lima, volto a falar sobre a situação da saúde no estado de Santa Catarina, pois, deputado Altair Guidi, ela não está fácil, está muito difícil para os hospitais catarinenses.

Venho fazendo uma série de pronunciamentos baseados no relatório que a nossa comissão de Saúde concluiu, baseado em mais de 30 audiências públicas realizadas no decorrer de 2011 por todo o estado de Santa Catarina, quando discutimos e conversamos com a população catarinense, levantando a situação da saúde. E são muitos os problemas elencados.

Há necessidade de mandar profissionais para o interior do estado. Há falta, por exemplo, de médicos pediatras em todo o interior do nosso estado. Há uma grande concentração de serviços de saúde na Grande Florianópolis e no litoral norte. Então, precisamos descentralizar mais e mais serviços, como a pediatria, a oncologia pediátrica, a neurocirurgia pediátrica, a cardiologia pediátrica e a ortopedia.

Precisamos também de mais leitos para o internamento pelo SUS de pacientes dependentes químicos. Não temos leitos pelo SUS para fazer a desintoxicação dos dependentes químicos.

Precisamos enfrentar no estado a situação dos agrotóxicos. Faremos nesta Casa, em breve, uma audiência conjunta - e o deputado Dirceu Dresch, da comissão da Agricultura, também propôs - para discutir a questão dos alimentos agroecológicos, dos alimentos saudáveis, e nesse contexto a situação dos agrotóxicos que contaminam alimentos, comprometendo a saúde dos trabalhadores rurais.

Portanto, temos muitos aspectos do nosso relatório para discutir aqui. Mas o ponto crucial que tenho levantado, e espero sensibilizar o governador Raimundo Colombo e o secretário da Saúde, é a situação do custeio dos pequenos, médios e grandes hospitais.

Hoje quero relatar uma situação que a minha cidade, Itajaí, está vivendo e sobre a qual venho reiteradamente falando. E para falar sobre o problema já trouxemos aqui o prefeito de Balneário Camboriú, Edson Piriquito, na semana passada, que veio manifestar-se na comissão de Saúde e fazer um apelo dramático aos seus membros. Veio pedir socorro, pois aquele município tem um hospital que desde outubro do ano passado foi aberto pela prefeitura municipal, que não tem como arcar com toda a despesa sozinha. O custo mensal daquele hospital é de R\$ 1,7 milhão. Desse valor, com a produção, vão entrar R\$ 600 mil, mas falta ainda R\$ 1,1 milhão que precisa ser coberto. Porém, nenhuma prefeitura do porte de Balneário Camboriú pode suportar sozinha valores tão altos! Vai faltar dinheiro para a atenção básica e para a estratégia da saúde da família.

Além disso, em Balneário Camboriú há ainda o Hospital Santa Inês, um hospital histórico, com mais de 40 anos, que vem passando por crises sucessivas. A prefeitura fez uma intervenção durante dois ou três anos, mas agora terminou e o hospital ficou

à deriva, tendo que fechar suas portas.

Então, os milhares de pacientes atendidos no Hospital Santa Inês estão indo para onde? Eles não desapareceram, não evaporaram! Estão indo para o Hospital Ruth Cardoso, de Balneário Camboriú, e para o Hospital e Maternidade Marieta Konder Bornhausen, de Itajaí, onde há pacientes entupindo os corredores e o pronto-socorro está abarrotado.

Temos feito vários apelos para que o governador receba o prefeito de Balneário Camboriú, para que ele exponha essa situação. O estado precisa entrar no custeio dos hospitais. Estou falando somente sobre um ponto, que é o de Balneário Camboriú, mas o estado inteiro está assim! O governo tem que ajudar a prefeitura de Balneário Camboriú no custeio do Hospital Ruth Cardoso, que não pode arcar com R\$ 1,1 milhão mensalmente! O estado tem que ajudar também no custeio do Hospital Santa Inês, para recuperar um atendimento que é estratégico, pois pode tornar-se um hospital referência em ortotraumatologia na região.

Estivemos em audiência com o governador tratando do Hospital Marieta Konder Bornhausen, que é um hospital do estado cedido para terceiros há mais de 30 anos e que está recebendo R\$ 250 mil por mês de ajuda do governo. Pedimos que esse auxílio passasse para R\$ 500 mil. Foi dada uma verba nos meses de outubro, novembro e dezembro, mas em janeiro voltou para R\$ 250 mil!

Ora, não adianta essa ajuda fugaz, temporária! A saúde tem que ser tratada com alto nível de dignidade e continuamente.

Quando fui ao Hospital Marieta Konder Bornhausen, neste final de semana, saber por que os pacientes estão ficando três ou quatro dias nos corredores do pronto-socorro, a direção me mostrou vários pontos sobre os quais eu e o deputado Dado Cherem discutimos com o secretário estadual da Saúde e com o governador! Já debatemos. O hospital já foi vistoriado, auditado e foi acordado o pagamento, mas ele não foi efetivado. Isso faz meses, faz um ano!

Assim não dá! Com o fechamento do Hospital Santa Inês, uma grande quantidade de pacientes a mais está sobrecarregando o Hospital e Maternidade Marieta Konder Bornhausen, que não tem estrutura e que não recebe o que foi acordado. A Saúde está igual a carangueijo, está andando para trás.

Não é possível o secretário ir ao hospital, ver a situação, receber as reivindicações, a comitiva então vem à secretaria, muitas vezes acaba na sala do governador e não se resolve a questão. Está na hora de resolver os problemas. Que se resolva ponto a ponto. Se a questão de um hospital foi resolvida, se a questão de uma região foi resolvida, passa-se para outra.

Assim acontece na região do vale do rio Tijucas. Levei o secretário ao hospital, depois trouxe a comitiva de Tijucas ao gabinete do secretário. Antes disso, fizemos uma audiência pública naquele município. Então, não é por falta de colocar os problemas na ordem do dia, na mesa do secretário e do governador também, porque eu não participo das audiências com o governador, mas o secretário está levando os dados.

O governador está na ilha da fantasia pensando que está tudo bem porque está recebendo informações que não

são verdadeiras com relação à situação da saúde no estado. A situação é grave!

Eu não sou um deputado da Situação, mas durante todo o ano de 2011 estive fazendo um trabalho de cooperação, de colaboração, identificando os problemas, fazendo o diagnóstico da saúde no estado, mas não dá para ficar nesse chove não molha, porque lá fora a população está sofrendo enquanto o governador faz campanha.

Deputado Kennedy Nunes, o governador falou que a saúde seria prioridade 1, 2 e 3. Nós precisamos transformar esse discurso em prática concreta, pois a saúde precisa de mais apoio, de mais recursos e de uma política de custeio.

Muito obrigado!
(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Reno Caramori, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO RENO CARAMORI - Sr. presidente, eu havia programado fazer hoje uma fala sobre os últimos acontecimentos que ocorreram no estado e continuam ocorrendo a respeito dos vinhos de altitude, os bons vinhos da região de São Joaquim, abrangendo os municípios de Caçador, Campos Novos e Água Doce.

Entretanto, tendo em vista a pertinência dos últimos acontecimentos, deputado Neodi Saretta, e a relevância do assunto, que atribuo dos mais importantes tratados nos meus 20 anos de Casa, vou falar sobre a questão dos bombeiros voluntários.

Se olharmos a plateia, veremos quantos bombeiros e bombeiras voluntários de Santa Catarina estão presentes nesta sessão, representantes de cada corporação do estado. Eu gostaria que a TVAL fizesse uma tomada da plateia para mostrar à sociedade catarinense quem está hoje prestigiando esta sessão. Até a diretoria da Abevesc - Associação dos Bombeiros Voluntários de Santa Catarina - está aqui representada pelo Aldair.

Foi por tudo isso que mudei o meu discurso. Além disso, acabo de receber da minha assessoria uma moção, da qual farei a leitura em homenagem aos bombeiros voluntários que estão presentes nesta Casa. Inclusive, estão presentes também os bombeiros mirins, os aspirantes, que estão em formação.

A correspondência é do Grande Oriente do Brasil - GOB -, Loja Maçônica XV de Novembro, de Caçador.

(Passa a ler.)

"Ilustríssimo senhor deputado,

CONSIDERANDO que a Associação de Serviços Sociais Voluntários de Caçador - 'Bombeiros Voluntários' é referência nacional e estadual pela sua organização e atendimento à população, já tendo participado, quando solicitada, de diversas missões de busca e salvamento pelo estado;

CONSIDERANDO que a comunidade, através de campanhas e contribuições, estruturou a corporação, consolidando um patrimônio físico e humano que atualmente conta com 25 (vinte e cinco) funcionários efetivos, sendo 06 (seis) administrativos e 19 (dezenove) bombeiros operacionais, 84 (oitenta e quatro)

bombeiros voluntários, 50 (cinquenta) bombeiros mirins/aspirantes, totalizando 159 pessoas na corporação e possui uma frota de 05 (cinco) unidades de combate a incêndio, 04 (quatro) unidades de suporte básico (ambulância), 01 (uma) unidade de resgate veicular/resgates diversos e 02 (duas) unidades de transporte de pessoal;

CONSIDERANDO o excelente trabalho e dedicação dos Bombeiros Voluntários de Caçador nas atividades de atendimento pré-hospitalar, combate a incêndio, resgate veicular, busca e salvamento, desenvolvimento de projetos sociais e educacionais através do Projeto Bombeiro Mirim e Aspirante e palestras de prevenção de incêndios e acidentes em empresas, escolas e comunidade em geral, e também nas vistorias dentro das Normas Técnicas da ABNT.

CONSIDERANDO que a comunidade está mobilizada nas mais diversas frentes apoiando a permanência dos Bombeiros Voluntários em Caçador, demonstrando reconhecimento pelos trabalhos prestados à sociedade caçadorenses;

Mocionam que sejam tomadas as medidas necessárias para a regularização e efetivação das atividades dos Bombeiros Voluntários de Caçador, através da alteração da legislação pertinente conforme proposta de emenda constitucional, PEC n. 0001/2012, no âmbito do estado de Santa Catarina, que tramita na Assembleia Legislativa."[sic]

Srs. deputados, essa PEC já foi discutida e está existindo certa mobilização. E eu fico até chateado quando vejo isso, deputado Neodi Saretta, nas correspondências recebidas pela Assembleia Legislativa.

Deputado Moacir Sopelsa, quem mandou cópia desse ofício para o Conselho Nacional de Comandantes-Gerais das Polícias Militares e de Corpos de Bombeiros Militares do estado de São Paulo?

São Paulo vive o caos do Brasil, sem corporações suficientes para atender aos incêndios, às catástrofes, sem condições de dar assistência ao seu povo. E esses coitados não sabem o que escreveram. É óbvio! Receberam uma comunicação, uma solicitação e resolveram fazer um ofício para Santa Catarina, dizendo que são contra os bombeiros voluntários. Manifestação de repúdio! O que é isso, meus queridos catarinenses! Voto de repúdio a uma PEC que tem a preocupação de salvar vidas em Santa Catarina, através dos bombeiros voluntários? A nossa PEC, e falo assim porque é do Parlamento catarinense, acrescenta o parágrafo único ao art. 112 da Constituição do Estado de Santa Catarina.

(Passa a ler.)

"Parágrafo único. No exercício da competência de fiscalização de projetos, edificações e obras nos respectivos territórios, os Municípios poderão, nos termos de lei local, celebrar convênios com os corpos de bombeiros voluntários para fins de verificação e certificação do atendimento às normas de segurança contra incêndio."

Quem manda no município é o município, o prefeito! Essa PEC não está tirando o direito de ninguém e nem dando direito para alguém. Está regularizando a situação dos municípios que ainda não têm o

serviço, fazendo com que a Constituição do Estado permita que o município firme convênio para os bombeiros, quer militares, comunitários ou voluntários.

Nada que venha contra os militares, bem pelo contrário! Nós estamos aqui há 20 anos, sr. presidente, pedindo que os governos instalem corporações de bombeiros militares nos 171 municípios de Santa Catarina, onde não há ninguém ainda para socorrer a população! Que barbaridade! Eu cada vez fico mais indignado, deputado Padre Pedro Baldissera! Essas pessoas que estão aqui são abnegadas, trabalham com o coração, poucas recebem salário, a não ser aquelas que fazem plantão diuturnamente nas corporações.

Em Joinville a corporação existe há 120 anos, minha gente! Em Caçador há 41, em Jaraguá do Sul há 43, em Concórdia há quase 40. Por isso, faço esse desabafo, pedindo aos catarinenses que, pelo amor de Deus, os catarinenses se mobilizem no sentido de que cada vez mais se criem mecanismos neste estado para que possamos socorrer aqueles que precisam do trabalho seja dos bombeiros militares ou dos comunitários e voluntários. Nós precisamos regularizar essa situação para que todos tenham os mesmos direitos e as mesmas obrigações.

O Sr. Deputado Neodi Saretta - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO RENO CARAMORI - Pois não!

O Sr. Deputado Neodi Saretta - Sr. deputado, quero apenas reforçar seu pronunciamento e solidarizar-me com v.exa.

Em Santa Catarina há uma discussão que alguém colocou de forma atravessada, como se aprovar uma proposta de emenda constitucional aqui fosse fazer alguma restrição ao bombeiro militar ou comunitário. Não se trata nada disso. Trata-se apenas de regulamentar o trabalho dos bombeiros voluntários, que o mundo inteiro defende.

Comemora-se em todo o mundo o Ano Internacional do Voluntariado até para estimular o trabalho voluntário. Existem países, como Portugal, onde 98% dos bombeiros são voluntários. Nos Estados Unidos grande parte dos bombeiros é voluntária. A maior cidade do estado, Joinville, como v.exa. citou, é um exemplo, como também Jaraguá do Sul, Concórdia, Caçador e outras.

Então, para concluir, acho que temos o dever de achar uma alternativa que permita que realmente os bombeiros voluntários continuem fazendo o seu trabalho.

Muito obrigado!

O SR. DEPUTADO RENO CARAMORI - Deputado Neodi Saretta, tenho certeza de que este Parlamento vai entender a necessidade de darmos condições, deputado Darci de Matos, às corporações que estão trabalhando com tanta presteza e com equipamentos de primeiro mundo, minha gente! Quero ver qual é a corporação que possui uma escada Magirus como a de Joinville!

Por isso, deputados Neodi Saretta e Darci de Matos, é que seus municípios e tantos outros mantêm suas corporações de bombeiros voluntários...

(Discurso interrompido por término do horário regimental.)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) -Com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Padre Pedro Baldissera, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO PADRE PEDRO BALDISSERA - Sr. presidente, srs. deputados, aproveito para trazer presente à nossa tribuna aquilo que realizamos na noite passada neste plenário, ou seja, uma sessão especial em que trouxemos ao debate a Campanha da Fraternidade deste ano.

Em outros momentos tive a oportunidade de fazer diferentes considerações, mas não poderia fazê-lo na tarde de hoje, tendo em vista o acontecimento da noite de ontem.

Estiveram presentes, além de várias autoridades, o bispo de Florianópolis, dom Wilson Tadeu Jönck, juntamente com o secretário executivo Regional Sul 4 da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, sr. Ademir Freitas, que ajudaram a aprofundar, a refletir sobre todo o tema da Campanha da Fraternidade, que este ano traz um assunto extremamente estratégico e importante na sociedade em que vivemos, que é a saúde pública.

É claro que a temática é inspirada na própria Sagrada Escritura, livro Eclesiastes, capítulo 38, versículo VIII: que a saúde se difunda sobre toda a Terra.

Tivemos momentos extremamente importantes durante o debate e durante as diferentes reflexões, trazendo presente a realidade enfrentada pelos cidadãos e cidadãs no trato da questão da saúde pública nas diferentes regiões do nosso estado.

E não poderia ser diferente também no contexto nacional a realidade dos nossos municípios, trazendo presente o funcionamento do SUS, os seus gargalos, os seus avanços, as suas conquistas, as suas dificuldades, apontando, ao mesmo tempo, alternativas e saídas para que o povo de fato tenha acesso a uma saúde pública que realce a dignidade das pessoas, a dignidade do ser humano.

Srs. deputados, esteve presente na sessão especial o secretário adjunto da Saúde do estado de Santa Catarina, sr. Acélio Casagrande, que também contribuiu, através de suas reflexões, na compreensão do que passa a saúde pública no estado e no país.

Quero fazer dois registros que me parecem ser importantes. Um deles diz respeito ao governo federal. E aqui foi muito bem pontuada pelo deputado Volnei Morastoni a Emenda n. 29, que, infelizmente, mais uma vez, depois de mais de uma década de debate, de reflexão, não conseguiu fazer com que a esfera federal cumpra a sua obrigação no financiamento da saúde pública em nosso país.

Poderá ocorrer um maior incremento de recursos para o atendimento à saúde. Esperamos que assim o seja, mas ainda está muito longe, muito distante daquilo que o nosso povo precisa, daquilo que os cidadãos e cidadãs necessitam.

O nosso país investe em torno de R\$ 3,5 bilhões na saúde, o que equivale a 3%, 4% do Orçamento, enquanto Cuba investe 18% no atendimento à saúde. Então, a saúde no Brasil está muito longe da

realidade. É preciso que haja mudanças. Não dá mais para fazermos de conta que podemos atender às necessidades e às demandas do nosso povo.

Por outro lado, é também obrigação do estado cumprir com aquilo que prescreve a Constituição Estadual com relação aos 12%. Mas sabemos, e foi muito bem pontuado pelo deputado Volnei Morastoni, repito, que na constituição dos fundos de Santa Catarina, o estado ficou desobrigado de repassar os percentuais constitucionais à Saúde e à Educação. Então, é preciso avançar nesse aspecto.

Para tanto, ingressei nesta Casa com um projeto de lei pedindo a desvinculação dos 12% da Saúde, a fim de que sejam repassados diretamente ao Tesouro, para que a Saúde tenha mais recursos para o atendimento de suas necessidades, porque é injusto que os fundos retirem recursos da Saúde e da Educação. É preciso que se cumpra o que prescreve a Constituição Federal.

Para concluir, quero dizer que a saúde se traduz como sendo a principal prioridade do nosso povo. Para tanto, são necessários investimentos, recursos. Esperamos avançar nisso e apreciar com muito carinho esse projeto de lei que tramita nesta Casa...

(Discurso interrompido por término do horário regimental.)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Passaremos ao horário reservado aos Partidos Políticos. Hoje, terça-feira, os primeiros minutos são destinados ao PP.

Com a palavra o sr. deputado Silvio Dreveck, por até oito minutos.

O SR. DEPUTADO SILVIO DREVECK - Sr. presidente, srs. deputados e sras. deputadas, primeiramente quero registrar a manifestação do deputado Padre Pedro Baldissera com relação à Emenda n. 29, que diz respeito aos recursos destinados à saúde da população brasileira, em especial a nós, catarinenses. De fato essa emenda foi debatida por uma década, mas pouco se avançou para obter mais recursos para a área.

Não é possível, e nisso quero concordar com v.exa., deputado Padre Pedro Baldissera, que foi prefeito, que sabe quanto a população mais carente depende dos serviços públicos, em especial da Saúde, que é o primeiro ponto para o ser humano ter condições de trabalhar, de estudar, de ter uma vida digna, que a tabela do SUS não seja condizente com qualquer realidade de mercado nos dias de hoje. Por mais que não concordemos com os valores cobrados particularmente por profissionais da saúde e mesmo pelos hospitais particulares, não podemos concordar, ao mesmo tempo, que um hospital, que um ambulatório, que um profissional da saúde, seja ele médico ou odontólogo, receba o que a tabela do SUS prevê.

Com o que o SUS paga de diária hospitalar, ou seja, um internamento conhecido como IH, com o que paga por um procedimento cirúrgico, com o que paga por uma consulta médica, não é possível fazer saúde à altura do que a população merece. E muitas vezes os municípios se obrigam a investir na saúde além do que determina a Constituição Federal, 15%

do Orçamento, para não deixar a população sem atendimento.

É bem verdade, deputado Joares Ponticelli, nosso presidente progressista, que é na união que se concentra a grande fatia, ou seja, a receita do que se cobra de impostos da população brasileira está concentrada no governo federal.

Então, não dá para aceitar, não dá para concordar com isso. E não estamos falando deste governo, a situação da saúde vem-se agravando desde o início da década de 90, porque a concentração de recursos está cada vez maior. E repito, não começou neste governo, vem desde a década de 90, sendo que os municípios estão cada vez mais com dificuldades, com menos receita.

A população procura o serviço público para ser atendida, mas, lamentavelmente, não recebe o tratamento a quem tem direito! E não estão ocorrendo avanços.

Já no que diz respeito à Emenda n. 29, defendo o aumento dos valores da tabela SUS, pois atualmente é impraticável fazer um atendimento à altura das necessidades da população.

O Sr. Deputado Joares Ponticelli - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO SILVIO DREVECK - Pois não!

O Sr. Deputado Joares Ponticelli - Deputado Silvio Dreveck, meu líder, quero cumprimentá-lo pelo assunto abordado e dizer que está na hora de fazermos uma discussão mais contundente sobre encaminhamentos equivocados que a união vem adotando há algum tempo, mas que se estão intensificando.

Passando pela questão da definição do quanto cada ente tem que pagar para seus servidores, de um gabinete de Brasília define-se quanto o prefeito de Ermo, no extremo sul, tem que pagar para o seu servidor sem repassar o devido recurso! De um gabinete com ar-condicionado de Brasília decide-se quanto cada município tem que investir em educação, mas o governo federal não cumpre o seu papel! Dos gabinetes refrigerados de Brasília assina-se um contrato de renegociação da dívida. Em 1998, quando o governo não era dos partidos que aí estão, a dívida de Santa Catarina era de R\$ 4 milhões. Pagamos R\$ 7 milhões e ainda devemos R\$ 10 milhões! Não há agiotagem maior que isso no mundo!

E agora, de um gabinete refrigerado de Brasília, deputado Moacir Sopelsa, decide-se pela criação - uma notícia que nos deixou estarecidos - de mais uma área de proteção ambiental, que é daquelas para entrar o desenvolvimento, entre Grão Pará e Urubici, sem ninguém saber, sem discutir, sem o governo, efetivamente, indenizar, compensar aqueles parques e áreas que já foram criados.

A verdade, deputado Silvio Dreveck, é que a autonomia dos estados e municípios está desaparecendo cada vez mais. Tudo se decide em Brasília. E de Brasília para baixo tem que se aplaudir, tem que se beijar a mão, tem que se dizer amém. Não dá mais para suportar isso! Temos que revisar esse pacto federativo para acabar com esse beija-mão, para acabar com essa imposição do governo central, que, repito, não é do partido "a" ou "b", não, desde a Constituição de 1988 isso vem acontecendo. É hora de

contestarmos fortemente, senão iremos assistir, deputado Silvio Dreveck, ainda em nossos mandatos, à falência dos 27 estados e dos 5.600 municípios do Brasil. Essa tem que ser a nossa grande bandeira.

Obrigado!

O SR. DEPUTADO SILVIO DREVECK - Muito obrigado, deputado Joares Ponticelli, e incorporo o seu aparte ao meu pronunciamento.

Quero ainda falar rapidamente, sr. presidente, sobre um assunto que merece uma atenção especial.

Hoje foi aprovado o projeto que permite que a Casan financie aproximadamente R\$ 404 milhões para investimento de saneamento em Santa Catarina.

Vamos tratar desse debate nesta Casa, porque investimento em esgoto sanitário é melhorar a qualidade de vida do povo catarinense.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos estão destinados ao PSD.

Com a palavra o sr. deputado Darci de Matos, por até 12 minutos.

O SR. DEPUTADO DARCI DE MATOS - Sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas, telespectadores da TVAL, ouvintes da Rádio Alesc Digital, início saudando todos e, de maneira especial, os representantes dos bombeiros voluntários de Santa Catarina, que se fizeram presentes pela manhã na comissão de Constituição e Justiça. Alguns continuam presentes nesta sessão, inclusive bombeiros mirins que saíram de madrugada e que estiveram marcando presença nesta Casa; outros já saíram, deputado Reno Caramori, mas que estiveram aqui para lutar, deputado Neodi Saretta, pela sobrevivência dessa corporação centenária.

Deputado Mauro de Nadal - aqui está o deputado Valdir Cobalchini, que é do município de Caçador, um defensor dos bombeiros voluntários -, há 120 anos Joinville deveria ter uns 20 mil habitantes. Não havia bombeiro militar, não havia nenhum tipo de corporação de bombeiros, deputado Padre Pedro Baldissera, mas Joinville crescia muito. E numa decisão voluntária, espontânea das forças vivas da nossa comunidade, foi fundado o Corpo de Bombeiros Voluntários de Joinville, que tem 120 anos de trabalhos prestados à nossa comunidade, cumprindo a missão de salvar vidas.

Após 50 anos tem que ficar claro isso, deputado Padre Pedro Baldissera: dos trabalhos prestados pelos bombeiros voluntários de Joinville surgiu em Santa Catarina o Corpo de Bombeiros Militar. Nós entendemos que em São Bento do Sul, por exemplo, deputado Valdir Cobalchini, os bombeiros militares cumpram uma tarefa, um papel excepcional, mas em Joinville os bombeiros voluntários também cumprem um papel excepcional há 120 anos.

Então, por que mudar? Por que pressionar, perseguir, denunciar e colocar os bombeiros, uma iniciativa voluntária, centenária, no banco dos réus? Os bombeiros voluntários estão no banco dos réus, deputado Moacir Sopelsa, em Santa

Catarina, e são uma iniciativa brilhante, exemplar, para Santa Catarina, o Brasil e o mundo!

Eu quero dizer que tenho certeza de que se fizermos aqui a matemática, veremos que mais de 90% das pessoas que estão aqui não são remuneradas, não recebem diárias e não recebem o salário no final do mês. E elas estão aqui porque pediram licença nas empresas onde trabalham, pois fazem dupla jornada, deputado Silvio Dreveck: atuam nas empresas e no período de lazer, quando poderiam estar com suas famílias, estão salvando vidas na nossa cidade e em Santa Catarina.

Mais do que isso, sr. presidente, temos que fazer alguns esclarecimentos sobre a PEC, deputado Edison Andriano.

Disseram na comissão de Segurança Pública, e eu estava presente, que essa PEC privatizava o trabalho dos bombeiros em Santa Catarina. Quem fez essa afirmação estava usando de má-fé e mentindo para o povo catarinense. Eu não sou advogado, mas quem tem um conhecimento básico jurídico vai entender que, de acordo com o Código Civil, toda entidade não governamental é sem fins lucrativos, porém de direito privado.

Qual é o caráter jurídico da Apae, deputado Mauro de Nadal? Sem fins lucrativos e de direito privado. Então, na esteira dessa afirmação, poderíamos dizer que estávamos privatizando a educação especial de Santa Catarina? Isso é um absurdo! Isso é uma afronta! Isso é uma mentira que tem sido dita na imprensa do nosso estado!

Todas as entidades sem fins lucrativos são de direito privado, e Santa Catarina é a capital nacional do voluntariado. Este estado não teria o IDH que tem se não fosse o trabalho desinteressado das milhares de entidades não governamentais, a exemplo do Corpo de Bombeiros Voluntários, que faz as coisas acontecerem desinteressadamente todos os dias nos rincões do nosso estado.

Sr. presidente, também quero dizer que essa PEC, deputado Joares Ponticelli, não é contra ninguém. Não somos contra os bombeiros militares, e jamais poderíamos ser, porque eles cumprem um papel importante em Santa Catarina. Mas temos 171 municípios que não têm bombeiros militares nem voluntários. E qual é a corporação que vai cobrir esses municípios? Os bombeiros militares, certamente. Agora, não podemos permitir que os bombeiros voluntários corram o risco de desaparecer do cenário catarinense e continuem no banco dos réus.

Se, por exemplo, o Corpo de Bombeiros Voluntários de Joinville fez as vitorias da maior cidade do estado, que é Joinville, durante 120 anos, por que, hoje, temos que mudar? O que há de errado nisso? A rigor, a prerrogativa da vitoria, da concessão do alvará, diz respeito ao poder público municipal e não ao estado e à união, e é isto que a PEC propõe: que o município, que tem essa prerrogativa, tenha a liberdade, a autonomia e a prerrogativa de fazer convênio ou com o Corpo de Bombeiros Voluntário ou com o Militar, ou até com o Crea. É uma questão de fórum privado do prefeito.

Portanto, essa PEC, deputado Joares Ponticelli, não é contra os bombeiros militares, nem poderia ser. E se fosse, não a estaríamos defendendo. Nós estamos aqui defendendo as iniciativas voluntárias, espontâneas, de pessoas que não recebem, de pessoas que sacrificam o seu tempo de lazer, quando poderiam estar com sua família, para salvar vidas de catarinenses.

Queremos, portanto, sr. presidente, fazer um apelo ao presidente da comissão de Justiça, deputado Romildo Titon, para que votemos a admissibilidade dessa PEC na reunião da próxima terça-feira.

Ora, se o procurador-geral do Estado deu um parecer posicionando-se favorável à condição jurídica da nossa PEC, por que não podemos simplesmente admitir a PEC para que ela possa tramitar? Ela virá para este Plenário, que é soberano, e se passar voltará à comissão de Justiça para ter o seu mérito analisado.

Então, façam um apelo para que possamos fazer com que essa PEC tramite, já que ela tem fundamento jurídico e legal. E quem sabe no decorrer dessa tramitação possamos chegar a um entendimento que preserve os militares e os voluntários. Há espaço para que as duas corporações continuem prestando serviços para a comunidade catarinense.

O Sr. Deputado Ismael dos Santos - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO DARCI DE MATOS - Pois não!

O Sr. Deputado Ismael dos Santos - Deputado Darcy de Matos, seu discurso está perfeito e não merece retoques. E quero, com a sua permissão, cumprimentar os bombeiros voluntários, em especial a corporação de Ibirama, onde tive a oportunidade de ser paraninfo da última turma de formandos dos bombeiros voluntários.

Gostaria de dizer que nessa matemática, deputado Darcy de Matos - e posso estar equivocado nos números -, há em Santa Catarina cerca de 2.500 bombeiros militares e talvez mais de 10 mil bombeiros voluntários. Eu acho que somente essa perspectiva matemática já traduz a força, a pujança e o mérito que esse debate merece nesta Casa. Estamos certos de que vamos encontrar, sim, um termo de equidade e justiça, para o bem de Santa Catarina.

Muito obrigado!

O SR. DEPUTADO DARCI DE MATOS - Muito obrigado, deputado Ismael dos Santos.

O Sr. Deputado Neodi Saretta - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO DARCI DE MATOS - Pois não!

O Sr. Deputado Neodi Saretta - Deputado Darcy de Matos, não poderia deixar de dar um aparte, até pela forma brilhante com v.exa. está debatendo esse tema que tem sido recorrente na Assembleia Legislativa.

Acho que temos que fazer um amplo esforço nas bancadas para buscar uma proposta que possa permitir que esse trabalho importante do voluntariado continue em Santa Catarina.

Há realmente um equívoco por parte de algumas manifestações que falam em privatizar como se fosse uma coisa como

vender. V.Exa. trouxe como exemplo uma Apae. Então, seria como se fôssemos privatizar a educação especial, e não é isso! Ela é uma entidade importante, que faz um trabalho e coexiste com a educação pública, assim como as entidades de bombeiros voluntários coexistem com o bombeiro militar, e ninguém tem nada contra aqui. Pelo contrário, tem-se até elogiado a sua presença nos municípios.

O impressionante é que algumas pessoas se assustaram, até candidatos a prefeito. Mas a emenda constitucional não é contra o bombeiro militar de Blumenau ou de outro município, mas a favor do voluntariado!

Parabéns pela sua intervenção!

O SR. DEPUTADO DARCI DE MATOS - Muito obrigado, deputado Neodi Saretta.

Concluo fazendo aqui um apelo às duas corporações e a todos nós: vamos baixar as armas e discutir, conversar e buscar o entendimento em nome da comunidade catarinense.

Quero dizer que quem está buscando apoio deste Parlamento são os bombeiros voluntários. Talvez amanhã, sr. presidente, quem busque apoio sejam os bombeiros militares. E esperamos que o Parlamento possa apoiar as duas corporações, porque elas são essenciais para Santa Catarina.

Muito obrigado, sr. presidente!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Muito obrigado, deputado Darcy de Matos.

Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PMDB.

Com a palavra o deputado Mauro de Nadal, por até 12 minutos.

O SR. DEPUTADO MAURO DE NADAL - Sr. presidente, srs. deputados, sra. deputada, ouvintes da Rádio Alesc Digital, telespectadores da TVAL, quero, primeiramente, parabenizar os fotógrafos da Casa pela brilhante exposição que fazem no *hall* deste Parlamento e, acima de tudo, pela justa homenagem que estão fazendo à capital dos catarinenses pelos 286 anos.

(Passa a ler.)

"Foi aberta na noite de ontem a exposição fotográfica Florianópolis como você Vê, no *hall* da Assembleia Legislativa. A mostra conta com 40 imagens que retratam vários aspectos da capital catarinense que completa 286 anos justamente nesta sexta-feira, dia 23. São fotos de seis profissionais que integram a coordenadoria de Imprensa da diretoria da Comunicação Social desta Assembleia: Carlos Kilian, Miriam Zomer, Lucas Diniz, Eduardo Guedes de Oliveira, Alberto Neves e Solon Soares. A exposição é organizada pela gerência Cultural da Assembleia, com o apoio dos fotógrafos que foram os responsáveis pela escolha das imagens. A mostra é uma forma de homenagear Florianópolis pelos 286 anos e, ao mesmo tempo, valorizar o trabalho dos profissionais desta Casa."

Então, parabéns aos profissionais da Casa pelo brilhantismo dessa homenagem.

Tenho percebido que, nesta semana, sr. presidente, o tema que chega à discussão neste Parlamento é justamente a situação da saúde no estado de Santa

Catarina, desencadeada por um pronunciamento que aconteceu numa reunião da nossa comissão de Saúde, na semana que passou, em que esteve presente o prefeito de Balneário Camboriú, Edson Dias, o Piriquito, relatando as dificuldades que o município está enfrentando justamente para manter os Hospitais Santa Inês e Ruth Cardoso.

Nós sabemos disso, e não tiramos o mérito de todo o pronunciamento do nosso prefeito, até porque quem está como prefeito não gostaria de ver, em seu município, um hospital fechar as portas, porque o hospital que está lá atende à população e, como é o caso de Balneário Camboriú, atende também a toda região do entorno do município.

Mas tenho observado que muitos pronunciamentos que se estenderam nesta Casa dão conta de que o problema único e exclusivo dos hospitais de Balneário Camboriú está numa solução a ser dada pelo governo do estado de Santa Catarina, especificamente pelo secretário de estado da Saúde, Dalmo Claro de Oliveira.

Vi também, sr. presidente, no final de semana, o noticiário do *Fantástico*, que trouxe a seguinte denúncia: "Esquema de corrupção no hospital da Universidade Federal do Rio de Janeiro".

(Passa a ler.)

"Até agora 17 pessoas foram intimadas a prestar depoimento por suspeita de crimes de peculato, corrupção, fraude e formação de quadrilha."

Ora, percebemos que o problema não é somente de Santa Catarina. Estou andando por todo o estado justamente para discutir a situação financeira dos hospitais dos pequenos municípios e estou percebendo que o problema que os hospitais estão enfrentando está concentrado nos repasses que vêm do governo federal. Se pararmos para analisar, e aí v.exas. vão concordar, veremos que o problema não é somente catarinense.

Nós podemos perceber que, com o advento da Constituição de 1988, tínhamos uma realidade para os hospitais do nosso país. Naquele tempo, os hospitais tinham recursos financeiros para investir em construção, em equipamentos e melhorias. Enfim, os hospitais caminhavam com as próprias pernas. Com o advento da Constituição Cidadã, aplaudida por todos nós, todo o sistema de saúde passou a ser gratuito, exceto os particulares, mas aquilo que é estendido à população em geral, fruto do imposto que o brasileiro recolhe, é gratuito a todos.

Ocorre que esses compromissos foram descentralizados, mas não foi descentralizado o recurso para que os municípios pudessem assumir determinados compromissos que acabam estourando na porta dos prefeitos, que são obrigados a dar uma resposta imediata à sua comunidade.

Se pararmos para analisar, veremos que a própria Constituição de 1988 previa que dos impostos arrecadados pela união, 50% caberiam à união, 30%, aos estados e 20%, aos municípios. Essa era a proposta inicial. De uma forma esperta, a união começou a criar contribuições e acabou retirando a partilha desses tributos arrecadados, porque não se caracterizam mais como impostos, e aí passou a ficar

com toda a gama de recursos. Hoje, 65% dos recursos arrecadados ficam com o governo federal, 22%, com os estados e 12%, com os municípios.

É por isso que o problema está aí batendo na porta dos prefeitos e do governo do estado, que estão sendo conduzidos a assumir compromissos que não são da sua alçada para não ver a sua população sair sem o atendimento básico e necessário previsto na Constituição Federal.

Então, o que precisamos trazer à discussão? Primeiramente, a importância da regulamentação da Emenda Constitucional n. 29, que passou, talvez, despercebida e a grande imprensa não tem dado ênfase a uma matéria de suma importância para o povo brasileiro, pois foi votada no Senado Federal a obrigatoriedade de investimento de 10% em saúde, e quando chegou à Câmara dos Deputados o projeto foi totalmente desvirtuado e hoje estamos com um problema sério: os estados assumindo um compromisso que não é da sua alçada. Porque se tivermos que passar todo o custeio dos hospitais para o governo do estado, não teremos mais condições financeiras de fazer saúde em Santa Catarina. O estado catarinense quebrará porque não possui recursos para tudo isso.

Agora, quando a regulamentação foi votada e, obrigatoriamente, o governo federal teria o compromisso de investir mais em saúde para regularizarmos esses problemas, tudo passou de forma despercebida e o rolo compressor acabou colocando em votação a matéria e prejudicando os municípios e os estados da federação. E isso é muito preocupante porque os problemas que estamos vivenciando aqui bem perto, em Balneário Camboriú, são problemas que já estou denunciando desta tribuna desde o início do ano passado e que estão batendo na porta de todos os hospitais dos pequenos municípios.

O tema é muito importante e eu sei que o deputado Manoel Mota faria uso da palavra. Se me permite, no próximo horário partilharei meu tempo com v.exa.

Esse problema já está sendo debatido pelas administrações municipais dos pequenos municípios, porque elas estão assumindo esse comprometimento, que não é da sua competência, através dos 15%, de repassar recursos financeiros para que os hospitais do seu município não fechem as portas. Esse problema já está sendo assumido por todos esses prefeitos que, honradamente, estão fazendo com que esses hospitais possam atender às necessidades das pessoas que vivem nos municípios.

Agora, como vamos resolver todo esse impasse criado? Evidentemente que a melhor forma para o nosso colega, do nosso partido, e prefeito de Balneário Camboriú, seria justamente passar esses hospitais para o estado de Santa Catarina. Mas, da mesma forma que Balneário Camboriú tem, quem sabe, essa pretensão, muitos outros municípios também têm, e o governo não pode suportar essa despesa. O governo não pode assumir a responsabilidade total de investir em custeio de hospitais, porque vai acabar deixando de lado tantas outras atividades em saúde que são importantes,

da mesma forma como os hospitais, para o estado de Santa Catarina.

O caminho é justamente a união assumir o compromisso de investir mais em saúde. Nós estamos com uma tabela do SUS que é de 1994. E aí não estamos chamando à responsabilidade somente este governo federal. Muitos outros presidentes da República já passaram pelo comando deste país e a tabela do SUS continua a mesma desde 1994. Ela precisa ser reajustada, porque é dessa forma que vamos conseguir repassar recursos diretamente aos hospitais, a fim de que eles possam custear suas atividades diárias e até mesmo ter alguma sobra recursos para pagar a folha de pagamento no fim do mês, o que já é desesperador para muitos hospitais e administrações hospitalares do estado de Santa Catarina.

No ano passado tivemos casos de administradores de hospitais que fizeram empréstimos em seu nome, pessoa física, ou emprestando seu aval, para conseguir recursos para que o hospital pagasse o 13º salário de seus funcionários.

Dessa forma não vamos conseguir manter um modelo de excelência em saúde em Santa Catarina e também em nosso país.

Fato número um: reajuste da tabela SUS, e em consequência, obviamente, para que isso possa acontecer, precisamos que o governo federal assuma a responsabilidade de investir mais em saúde.

Em Santa Catarina, como vamos resolver o problema dos hospitais? Temos que os vocacionar. E aí o nosso trabalho no Fórum Parlamentar dos Pequenos Hospitais, juntamente com o governo do estado e a comissão de Saúde desta Casa, é começar a tratar desse assunto de uma forma especial, direcionando micropolos regionais em Santa Catarina com especialidades que possam atender não somente ao município onde já está o hospital estabelecido, mas também às várias cidades no seu entorno.

Todos os municípios catarinenses, com raras exceções, já têm hospital construído, mas a grande maioria tem uma grande quantidade de leitos ociosos, leitos esses que, tranquilamente, dentro de um processo de vocacionamento, dentro de um processo de descentralização de atividades específicas, poderiam ser utilizados. Dentro de uma pequena estrutura e com poucos recursos do governo do estado de Santa Catarina poderemos incrementar esses hospitais para que eles possam fazer os procedimentos e assumir o compromisso de polo microrregional.

Dessa forma, srs. deputados, não precisaremos investir tanto, quem sabe, nos grandes centros, nos grandes polos, a exemplo do Hospital Regional de São José, porque teremos bem próximo vários municípios com capacidade de receber os micropolos de atendimento.

Quem ganha com isso? Ganha o povo de Santa Catarina, ganha o estado catarinense, porque não vai precisar investir tanto na melhoria dessa infraestrutura. Assim, com um repasse digno da tabela do SUS, resolveremos o problema de atender com dignidade ao povo de Santa Catarina.

Muito obrigado, sr. presidente!
(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Muito obrigado, deputado!

Ainda dentro do horário destinado aos Partidos Políticos, o próximo espaço pertence ao PSDB.

Com a palavra o sr. deputado Serafim Venzon, por até oito minutos.

O SR. DEPUTADO SERAFIM VENZON - Sr. presidente, sras. deputadas, srs. deputados, prezados catarinenses que nos ouvem pela Rádio Alesc Digital e assistem-nos pela TVAL, quero, inicialmente, fazer uma saudação muito especial aos 35 prefeitos do PSDB, aos 37 vice-prefeitos, aos mais de 360 vereadores, número que certamente será aumentado pelo trabalho que o partido vem fazendo e pela mobilização que ocorre nos municípios, tendo em vista o trabalho que os deputados Gilmar Knaesel, Dado Cherem, nosso líder, Marcos Vieira, Nilson Gonçalves e Dóia Guglielmi, além dos deputados federais Gervásio Silva e Marco Tebaldi e do senador Paulo Bauer, vem fazendo visando às eleições de outubro deste ano. Assim, tenho certeza de que no próximo ano teremos mais de 400 vereadores, entre 45 e 50 prefeitos e vice-prefeitos.

Quero, repito, saudar todos eles e dizer-lhes e a toda a sociedade catarinense que 40% de todo o dinheiro que existe provém de imposto, ou seja, passa pelas mãos do governo. Assim, cabe aos governantes, cada um na sua esfera de poder, participar e fiscalizar a divisão e a aplicação desses recursos, a fim de que se transformem em obras e em ações que beneficiem as pessoas.

Ouvimos hoje aqui inúmeros pronunciamentos sobre a questão da saúde, pois apesar dos grandes investimentos já feitos pelo governador Raimundo Colombo e pelo ex-governador Luiz Henrique, sob a liderança do deputado Dado Cherem e do dr. Dalmo Claro de Oliveira, as dificuldades ainda são muitas. Por quê? Porque diariamente novos casos aparecem, casos esses que demandam novos recursos, pois a ciência avança, o diagnóstico se torna mais preciso, o que cria a necessidade de novos tratamentos.

Ontem mesmo, estive com uma mulher com câncer de colo do útero, com carcinoma *in situ* no colo do útero, ou seja, uma doença que, com certeza se ela não for operada em pouco tempo, levá-la-á a óbito. E como é que podemos dizer à paciente que ela ficará numa fila sem saber quando será chamada?

Há um projeto nesta Casa e na Câmara Federal colocando um limite de tempo para alguém ficar aguardando, seja para fazer algum exame ou procedimento cirúrgico. Mas tudo isso requer recursos que são destinados por aqueles que estão no poder.

A área da saúde até agora, a maior parte, ainda é formada por hospitais filantrópicos ligados a entidades religiosas, a congregações de freiras, de igrejas lideradas por padres ou pastores, especialmente a Igreja Católica e a Luterana. Eu acredito que há uns anos o pastor ou padre poderia muitas vezes fazer pedidos de misericórdia para ajudar o hospital e até arrecadava recursos porque usava inúmeros instrumentos para isso. Hoje está cada vez

mais difícil o padre ou a freira ter os recursos necessários para manter um hospital funcionando. Então temos, sim, que buscar maneiras para destinar mais recursos para os hospitais, mas a saúde, em minha opinião, tem que ser uma ação do governo e não uma ação de religiosos. Sendo assim, agradeço todo o empenho de todos os pastores, padres e freiras, que se empenharam muito.

Este ano é de eleição e convoco, primeiramente, o meu partido, os meus companheiros do PSDB, que querem ver a cidade, o nosso estado todo dia um pouco melhor. Essa melhora vem da participação de cada um, pois o Brasil, nos últimos 20 ou 30 anos, mudou muito, especialmente a partir da Constituição de 1988, porque passou a haver maior transparência, um envolvimento maior da sociedade, o que fez com que houvesse inúmeras mudanças e um aumento na qualidade de vida para todos.

Dessa forma, cada partido está-se organizando, e nós, do PSDB, estamos orientando os nossos candidatos a vereador, a prefeito e a vice-prefeito, pois sabemos que essa é uma forma de ajudar, primeiramente, no crescimento do partido, mas, principalmente, é uma forma de ajudar a organizar a sociedade e garantir que ela se torne melhor.

Nós temos à frente um grande líder, o ex-presidente Fernando Henrique Cardoso, que todos nós podemos seguir.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PT.

Com a palavra o sr. deputado Dirceu Dresch, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Sr. presidente, srs. deputados, gostaria de fazer algumas observações sobre os pronunciamentos dos deputados que me antecederam, principalmente o do deputado Mauro de Nadal.

Quero divergir do colega quando ele fala que se recuperarmos a tabela do SUS estará resolvido o problema da saúde em Santa Catarina e no Brasil. Sou um dos que não acredito nisso. Acho que a revisão da tabela do SUS é importantíssima, é necessária, mas temos que discutir o conjunto da gestão da saúde brasileira e não a tratar como uma simples mercadoria, como é tratada, infelizmente, por muitos médicos e hospitais, vendo nela apenas uma forma de ganhar dinheiro, sem apostar, inclusive, no serviço público, na saúde preventiva.

Temos hoje problemas gravíssimos relacionados às drogas, relacionados ao estresse, à forma de vida das pessoas. As pessoas estão cada vez mais doentes e logo, logo esses 20% ou 30% destinados à Saúde, planejados no Orçamento, não serão suficientes.

Estão sendo montados grandes laboratórios, verdadeiros cartéis articulados por médicos e não há recurso público que dê conta disso, deputado Mauro da Nadal.

Concordo com v.exa. em rediscutirmos a tabela do SUS, em discutir melhor toda a questão da saúde, pois se não ensinarmos nas escolas a educação para a

saúde das pessoas, vamos ter uma sociedade cada vez mais doente.

Então, sou da opinião de que precisamos discutir, sim, melhores recursos. Agora, não podemos ficar apenas no debate. Essa é a minha opinião! Estou há mais de 20 anos acompanhando esse debate. Fui conselheiro de Saúde em meu município, Saudades, e debatemos muito isso com o hospital da região e com os médicos. Acredito que precisamos apostar na prevenção e financiar políticas de prevenção e de educação para a saúde, mas precisamos de mais dinheiro, porque sem dinheiro não se faz saúde.

Sr. presidente, srs. deputados, trago aqui a preocupação no estado com uma grande estiagem. De fato, deputado Moacir Sopelsa, se confirmadas as previsões para os próximos dias, teremos mais 60 dias sem chuva. O oeste catarinense vai virar um caos, pois em muitos municípios já não há água para o consumo humano e para os animais. Em alguns municípios os proprietários já estão deixando de alojar animais e dispensando funcionários, e nas indústrias, os animais já estão até morrendo de sede ou por causa da má qualidade da água, que é outro problema.

Então, estamos buscando de uma forma ou de outra o apoio aos municípios, às administrações, aos agricultores. Estivemos em uma grande reunião em Brasília, na última quinta-feira, onde foram tomadas várias decisões, algumas ainda estão pendentes, mas devemos continuar as negociações nesta semana.

Mas gostaria de apresentar, para que fique claro para a sociedade catarinense, porque algumas pessoas estão espalhando por aí que ainda não recebemos ajuda e que não há investimentos e apoio do governo federal para Santa Catarina.

Tivemos duas ações muito concretas com relação ao maquinário. Recebemos 17 máquinas retroscavadeiras giratórias, em janeiro, durante o início da estiagem e mais 20 para os municípios do Território da Cidadania. Temos um trabalho muito intenso junto à Funasa, cujos técnicos estiveram na reunião para liberar os recursos que faltam do PAC 1 e do PAC 2, em torno de R\$ 20 milhões para Santa Catarina.

A ideia é priorizar os municípios que estão em estado de emergência, através de investimentos na ordem de R\$ 20 milhões para em projetos, boa parte às regiões atingidas também pela estiagem.

Outros recursos foram liberados para os municípios que têm assentamentos, R\$ 300 mil em óleo diesel para transporte de água. Além disso, o ministério do Desenvolvimento Social está trabalhando, juntamente com as associações dos municípios que têm consórcios, para liberar cisternas a fundo perdido àqueles que recebem o Bolsa Família e também R\$ 12 mil a outras famílias, também a fundo perdido.

Então, esse é outro projeto no qual estamos trabalhando e os municípios estão apresentando projetos para a liberação de mais recursos.

Temos também a prorrogação de todas as dívidas até 31 de julho dos agricultores, tanto de custeio quanto de investimento. Ou seja, a dívida deverá ser

jogada para depois da última prestação. Quer dizer, o agricultor que tiver cinco parcelas para pagar, vai pagar a prestação deste ano na sexta prestação. Este ano não paga essa prestação.

Além disso, foram pagos mais de dois mil processos de indenização para os agricultores, num volume total de R\$ 15 milhões, deputado Romildo Titon. Trata-se do prêmio que o seguro paga às famílias no valor de até R\$ 3.500,00. Também os financiamentos foram amortizados no banco em R\$ 9,6 milhões. São investimentos que a união vem fazendo em Santa Catarina.

Por último, temos várias pautas ainda em debate para as próximas semanas. Entre elas, a questão das cisternas, pois as entidades e os agricultores estão pedindo um rebate de 50% para a construção de um depósito de água; também temos a questão do auxílio-renda, uma reivindicação de seis salários mínimos; e ainda o rebate de dívidas dos agricultores. Esses três pontos ainda estão em negociação.

Por último, sr. presidente, gostaria de falar sobre os R\$ 21 milhões anunciados em janeiro pelos ministérios.

Infelizmente, o secretário da Agricultura reclamou na semana passada R\$ 11 milhões para emergências e R\$ 10 milhões às políticas permanentes não foram liberados.

Com relação aos R\$ 10 milhões, o estado entrou pelo caminho da perfuração de poços artesanais. Todo mundo sabe que para perfurar um poço artesiano é necessário a licença ambiental, uma avaliação de vazão, se há água ou não, e que seja uma propriedade pública, ou seja, o proprietário deve passar o terreno ou parte dele para o município. E isso demora!

Então, o secretário da Agricultura deve saber que quando se opta pela perfuração de poços artesanais, o processo é demorado, deputada Luciane Carminatti.

Quanto aos recursos emergenciais, o estado apresentou o projeto no valor de R\$ 11 milhões fora da regra, apenas para emergência no valor de R\$ 3,1 milhões. Esses recursos já foram liberados, os demais não foram liberados porque o projeto não estava correto, estava errado. E agora esses recursos, no valor de R\$ 8,5 milhões, serão repassados, via cartão da Defesa Civil, diretamente aos municípios.

O Sr. Deputado Kennedy Nunes - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Pois não!

O Sr. Deputado Kennedy Nunes - Quero somente dizer, deputado, que sem ser na semana que estamos entrando, na outra, vamos ter uma reunião da comissão de Defesa Civil exatamente para isso. Vamos chamar os secretários da Defesa Civil e da Agricultura, e gostaria da sua presença também, para que possamos saber o que, na verdade, está sendo feito com relação a esses municípios que estão passando por problemas decorrentes da seca.

Então, essas informações serão muito importantes nessa reunião que teremos na semana seguinte.

O SR. DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Agradeço a aparte de v.exa.

Para finalizar, sr. presidente, estamos vendo os dados...

(Discurso interrompido por término do horário regimental.)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos estão destinados ao PDT.

Com a palavra o sr. deputado Sargento Amauri Soares, por até cinco minutos.

Antes, porém, quero cumprimentar o dr. Anacleto Canan e o dr. Carlos Robini, diretor da Beneficência Camiliana, nos três estados do sul, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, e também Valmor Busnello, administrador do Hospital Regional de São Miguel d'Oeste, que estão nesta Casa após terem audiência com o secretário da Saúde.

Com a palavra o sr. deputado Sargento Amauri Soares.

O SR. DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Muito obrigado, sr. presidente.

Cumprimento v.exa., os demais deputados, as sras. deputadas e os telespectadores que nos acompanham pela TVAL, os ouvintes da Rádio AleSC Digital e os presentes nesta tarde de terça-feira, especialmente os bombeiros militares que neste momento estão chegando ao nosso plenário.

Quero repercutir hoje o que houve na semana passada em Santa Catarina, ou seja, a realização do Fórum contra as Privatizações na Saúde e pela Defesa do Sistema Único de Saúde, que teve lugar no Centro de Ciências da Saúde, da Universidade Federal de Santa Catarina e que foi organizado pelas seguintes entidades: Sindicato dos Trabalhadores da Saúde - Sindsaúde; Centro Acadêmico de Medicina; Sintraturb; MST; Sinergia, Sindasp, Coren; Aprasc; Adesc e Via Campesina, além de consulta popular.

Estivemos participando desse debate que teve como tema Nossa Saúde é Única, o SUS também e cujo objetivo era reunificar as forças populares para resistir à entrega dos estabelecimentos públicos de saúde, para as chamadas organizações sociais. Pelo Brasil afora, essa política tem sido adotada pelos diferentes estados da federação e lamentavelmente também pelo governo federal. Depois que se privatizou quase todo o patrimônio público, agora a moda é privatizar também os serviços essenciais à população brasileira.

O seminário reafirmou os princípios do Sistema Único de Saúde, de equidade, integralidade e universalidade, reconhecendo as entidades e as forças populares para retomar a marcha da reforma sanitária, assunto que o deputado Edison Andrino e outros conhecem bem.

Na década de 80 houve força suficiente para impor na Constituição Federal a existência do Sistema Único de Saúde, que nunca foi cumprido integralmente em nosso país, especialmente porque sempre faltam recursos para a saúde pública.

Gostaria de ressaltar aqui que o Sindsaúde tem um trabalho excelente no sentido de que a sociedade perceba que o Sistema Único de Saúde é e precisa ser o maior plano de saúde existente no mundo e atende a todos sem discriminação e de forma integral.

Gasta-se bastante com saúde pública pelo Brasil afora até porque 75% das pessoas no estado de Santa Catarina não possuem plano de saúde e, portanto, dependem única e exclusivamente do SUS. Se os 25% da sociedade que podem ter um plano de saúde deixarmos de falar desse assunto, de lutar pelo SUS, com certeza os outros 75% da população, ou seja, a imensa maioria, ficará completamente abandonada.

Nessa mesma lógica parabenizamos as entidades promotoras desse evento e promotoras dessa iniciativa com reuniões semanais e agora integrados com a Frente Nacional Contra as Privatizações da Saúde e pela Defesa do Sistema Único.

Nesse mesmo sentido, estamos debatendo neste Parlamento diversas questões de quase todas as áreas do serviço público do nosso estado, inclusive no serviço de bombeiro. Entendemos que repassar para um grupo privado - e são grupos privados constituídos de forma privada - o poder de fiscalização, o poder de polícia, o poder de concessão de licenciamento, de alvará, inclusive de autuação, é uma temeridade. Entendemos que isso é atribuição específica e exclusiva do estado. O estado não pode repassar à iniciativa privada esse serviço.

Quero dizer também que a PEC n. 0001/2012 não fala do bombeiro de Joinville e nem do de Concórdia. Está falando de uma política para o estado de Santa Catarina, e aí precisamos pensar nas possíveis consequências dessa política para o futuro da nossa sociedade.

Da mesma forma, não estamos discutindo aqui a importância do trabalho que os voluntários fazem e que merece, sim, em diversos aspectos o nosso elogio. Mas o poder de fiscalização é, repito, atribuição exclusiva do estado.

(Discurso interrompido por término do horário regimental.)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Obrigado, deputado Sargento Amauri Soares.

Fim do horário destinado aos Partidos Políticos.

Passaremos à Ordem do Dia.

A Presidência comunica que a comissão de Constituição e Justiça apresentou parecer contrário às seguintes matérias e que as mesmas terão seu encaminhamento conforme o Regimento Interno: Projetos de Lei n.s: 0020/2012, 0027/2012 e 0487/2011.

Votação da redação final do Projeto de Lei Complementar n. 0004/2012.

Não há emendas à redação final.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Votação da redação final do Projeto de Lei Complementar n. 0020/2011.

Não há emendas à redação final.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Votação da redação final do Projeto de Lei n. 0052/2012.

Não há emendas à redação final.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.
Votação da redação final do Projeto de Lei n. 0059/2011.

Não há emendas à redação final.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Votação da redação final do Projeto de Lei n. 0175/2011.

Não há emendas à redação final.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Votação da redação final do Projeto de Lei n. 0277/2011.

Não há emendas à redação final.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Vamos deixar os vetos para próxima terça-feira.

Temos dois projetos que foram aprovados na comissão de Constituição e Justiça hoje pela manhã que dizem respeito à Casan e que são de interesse do estado.

Consulto os srs. líderes se podemos colocá-los em pauta.

(Os líderes aquiescem.)

Discussão e votação do Projeto de Lei n. 0012/2012, de origem governamental, que autoriza o estado de Santa Catarina a prestar garantia em operação de crédito externa a ser celebrada entre a Companhia Catarinense de Águas e Saneamento - Casan e a Agence Française de Développement - AFD.

Ao presente projeto foi apresentada emenda aditiva.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça, de Finanças e Tributação e de Economia, Ciência, Tecnologia, Minas e Energia.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam, permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação do Projeto de Lei n. 0041/2012, de origem governamental, que autoriza o estado de Santa Catarina a prestar garantia em operação de crédito a ser celebrada entre a Companhia Catarinense de Águas e Saneamento - Casan - e a Caixa Econômica Federal - CEF (de até R\$ 401.717.431,85).

Ao presente projeto foi apresentada emenda modificativa.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça, de Finanças e Tributação e de Trabalho, Administração e Serviço Público.

Em discussão.

O Sr. Deputado Neodi Saretta - Peço a palavra, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Com a palavra o sr. deputado Neodi Saretta.

O SR. DEPUTADO NEODI SARETTA - Quero manifestar a minha satisfação em ver tramitando esse projeto, porque a Casan, seguramente, está em débito com diversas cidades de Santa Catarina, especialmente na

área de saneamento ambiental, na área de esgoto sanitário e no sistema de esgotamento sanitário.

Hoje pela manhã fizemos uma reunião da comissão de Turismo e Meio Ambiente na qual se discutiu a questão do orçamento do entorno da Lagoa da Conceição e justamente parte desses recursos está prevista para investimentos no sistema de esgoto e saneamento da capital.

Mas há outras cidades beneficiadas, inclusive, deputado Moacir Sopelsa, Concórdia, que luta desde a época em que v.exa. era prefeito por essa obra.

Então, por esse projeto o estado provê as garantias junto à Caixa Econômica Federal, pois há recursos do PAC 2 para isso.

Esse projeto é importante, sim, assim como o projeto que votamos anteriormente, que contempla recursos para saneamento, inclusive na região da Amauc, nos municípios de Ipira e Piratuba.

Era isso, sr. presidente.

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - De fato, chegou a hora de alguns municípios do estado de Santa Catarina terem esses recursos para aplicar na sua infraestrutura.

Continua em discussão.

(Pausa)

Não havendo mais quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam, permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0098/2012, de autoria da comissão de Constituição e Justiça, que revoga a Lei n. 12.020, de 2001, que declara de utilidade pública a Associação da Terceira Idade e Assistencial de São José Operário, de Blumenau.

Conta com parecer favorável da comissão de Constituição e Justiça.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que aprovam, permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Esta Presidência comunica que encaminhará aos destinatários, conforme determina o Regimento Interno as Indicações n.s: 0086/2012, de autoria do deputado Silvio Dreveck; 0087/2012, de autoria do deputado Carlos Chiodini; e 0088/2012, de autoria do deputado Darci de Matos.

Também comunica que defere de plano os Requerimentos n.s: 0190/2012, de autoria do deputado Carlos Chiodini; 0192/2012, 0193/2012, 0194/2012 e 0195/2012, de autoria do deputado Joares Ponticelli; 0196/2012, 0206/2012, 0207/2012 e 208/2012, de autoria do deputado Antônio Aguiar; 0197/2012, de autoria do deputado Edison Andriano; 0199/2012, 0200/2012 e 0209/2012, de autoria da deputada Luciane Carminatti; 0201/2012, de autoria da deputada Dirce Heiderscheidt; 0202/2012, de autoria do deputado Reno Caramori; 0204/2012, de autoria do deputado Marcos Vieira;

0210/2012, 0211/2012 e 0212/2012, de autoria do deputado Maurício Eskudlark; 0213/2013 e 0214/2012, de autoria do deputado Ciro Roza; 0215/2012, de autoria do deputado Kennedy Nunes; 0216/2012, de autoria da deputada Ana Paula Lima; 0218/2012 e 0219/2012, de autoria do deputado Jean Kuhlmann; 0220/2012, 0221/2012 e 0222/2012, de autoria do deputado Mauro de Nadal.

Requerimento n. 0191/2012, de autoria do deputado Ismael dos Santos, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao reitor da Furb, pedindo informações quanto às providências adotadas na prevenção da prática do trote contra calouros, conforme disposto nas Leis n.s 11.158/1999, 15.431/2012 e 546/2011.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Requerimento n. 0203/2012, de autoria do deputado Manoel Mota, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao reitor da UFSC, pedindo informações sobre a implementação do curso de Medicina no campus da cidade Araranguá.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

O Sr. Deputado Volnei Morastoni - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Volnei Morastoni.

O SR. DEPUTADO VOLNEI MORASTONI - Sr. presidente, tenho dois requerimentos de minha autoria, os Requerimentos n.s 0223 e 0224, que não estão incluídos na pauta da Ordem do Dia. V.Exa. poderia verificar?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - A informação que me traz a assessoria é que foram para a Mesa Diretora como matérias internas da Assembleia.

O SR. DEPUTADO VOLNEI MORASTONI - Está bom, sr. presidente, pode ser, mas me permita, então, fazer rapidamente um comentário, porque até aproveite que v.exa. é vice-presidente da Casa.

Através do Requerimento n. 0223/2012, estamos solicitando a realização de concurso público para o cargo de taquígrafo, de forma a suprir as demandas das comissões e dos fóruns permanentes. Sabemos da importância das taquígrafas e dos taquígrafos, mas especialmente da Taquígrafia que acompanha as comissões.

Temos 16 comissões permanentes na Casa e mais os fóruns. São muitas audiências públicas e reuniões que precisam desse serviço. Hoje, há apenas 15 taquígrafas nesse grupo e tendo em vista o regime de ponto, as audiências ficaram, caro vice-presidente da Casa, deputado Moacir

Sopelsa, defasadas e os trabalhos parlamentares ficaram prejudicados.

Então, precisamos de concurso público para taquígrafos e taquígrafas desta Casa, especialmente para o grupo que atende às comissões e às audiências públicas.

Agora, enquanto o concurso público não acontece, pois tem que ser preparado e isso demora um tempo, em função da importância comprovada desse serviço para o trabalho parlamentar nas comissões, precisamos que esta Casa, em caráter de urgência, proceda à contratação imediata e temporária de, no mínimo, seis taquígrafos. Esse levantamento procede, inclusive, do próprio grupo de taquígrafos que atende às comissões.

Então, deputado Moacir Sopelsa, que preside esta sessão e que é vice-presidente desta Casa, eu faço um apelo a v.exa., ao deputado Antônio Aguiar e a todos os deputados que compõem a Mesa, que tratem desse assunto na próxima reunião e que com a máxima urgência encaminhem o concurso para taquígrafo das comissões e que contratem em caráter temporário e urgente no mínimo seis desses profissionais para atender à demanda das comissões. Caso contrário, as comissões e os fóruns ficarão desassistidos e o trabalho restará prejudicado.

Portanto, entendo que é do maior interesse da sociedade catarinense que a Casa atenda a essa demanda.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Deputado Volnei Morastoni, prometo a v.exa. que a Mesa Diretora analisará o seu requerimento e prestará todas as informações necessárias. Eu também tenho consciência de que a Mesa Diretora reconhece a necessidade do trabalho dos taquígrafos.

O Sr. Deputado Sargento Amauri Soares - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Sargento Amauri Soares.

O SR. DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Sr. presidente, quero parabenizar o deputado Volnei Morastoni por ter tido a iniciativa de fazer o requerimento. Antes que o requerimento esteja pronto para votar, quero pedir para subscrevê-lo, justamente porque temos essa demanda também. Concordamos e consideramos de imensa importância o trabalho de Taquigrafia desta Assembleia Legislativa, tanto da que atende ao plenário quanto a presta serviços às comissões, principalmente nas audiências públicas. É um trabalho que está em risco de ser parcialmente suspenso, se não houver a contratação de profissionais dessa área.

Assim, externo o nosso aplauso e fazemos um apelo à Presidência, à Mesa Diretora, para a realização de um concurso nessa área. Por certo há outras áreas neste Poder que precisam também de servidores de forma permanente. Então, que se decida isso no sentido de dar uma resposta rápida, com urgência, porque já há comissões que estão ficando sem o trabalho de taquigrafia em audiências públicas, justamente pela insuficiência de funcionários.

Gostaria de subscrever e reiterar o apelo do deputado Volnei Morastoni.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Com certeza, deputados Sargento Amauri Soares e Volnei Morastoni, esse pleito será levado à Mesa Diretora, ao presidente desta Casa, que prestará todos os esclarecimentos aos srs. deputados.

Moção n. 004/2012, de autoria da deputada Ana Paula Lima, a ser enviada ao diretor da Rádio Clube, de Blumenau, parabenizando-o pelos 80 anos de fundação daquele veículo de comunicação.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem a queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permanecem como se encontram.

Aprovada.

Não há mais matéria a ser deliberada.

Passaremos à Explicação Pessoal.

Com a palavra o primeiro orador inscrito, deputado Dirceu Dresch.

O SR. DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Sr. presidente, estou retirando a minha inscrição, mas quero registrar a presença do prefeito Zezé, José Bráulio Inácio, de Chapadão do Lageado, e do vice-prefeito Abel Silva, que estão-nos visitando.

Quero agradecer a visita, desejando-lhes uma boa estadia na capital e nesta Casa.

Muito obrigado, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Valmir Comin, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO VALMIR COMIN - Deputado Moacir Sopelsa, v.exa. que preside esta sessão, srs. deputados e sras. deputadas, assomo a esta tribuna nesta terça-feira, primeiramente, para enaltecer o aniversário de instalação do município de Turvo, no sul do estado. A cidade é considerada a Capital da Mecanização Agrícola pelo seu potencial principalmente na rizicultura. E à frente do município está o nosso amigo Ronaldo Carlessi, que vem fazendo um grande trabalho.

Quero saudar todos os participantes e lutadores do voluntariado dos bombeiros de Santa Catarina e dizer que este deputado é solidário à luta por entender ser meritória, e acompanhando os preceitos do sempre defensor da causa, deputado Reno Caramori.

Por isso, contem conosco na luta em defesa desse trabalho.

Deputado Manoel Mota, v.exa. que preside comigo a comissão de Transportes e Desenvolvimento Econômico, quero registrar que tivemos a oportunidade de, na semana próxima passada, participar de um grande encontro com os conselheiros do ministério do Turismo, que estabelecem as parcerias com relação à Lei Rouanet. O conselho possui 14 integrantes, dentre os quais sete representam o governo e sete, as entidades civis organizadas. Na ocasião foi debatida a possibilidade de restauração da ponte Hercílio Luz, que é um ícone de Santa Catarina. E faço uma comparação, a ponte Hercílio Luz é tão importante para os catarinenses quanto o Cristo Redentor o é para o Rio de Janeiro e a torre Eiffel, para Paris. Ela

está no coração de cada um de nós e é impossível falar de Florianópolis sem que se lembre da ponte Hercílio Luz.

O encontro contou com a presença do secretário do ministério, Enilton Menezes, do presidente da Fundação Catarinense de Cultura, do secretário de Turismo, o ex-deputado José Natal Pereira, e do secretário de Infraestrutura, Valdir Cobalchini, que esteve há poucos minutos no plenário desta Casa.

Na ocasião, catarinense que nos acompanham, praticamente foi aberto um precedente, porque esse conselho normalmente libera um limite máximo de R\$ 34 milhões através da Lei Rouanet, mas para a restauração do nosso patrimônio histórico que é a ponte Hercílio Luz, foi aprovado - e deverá ser publicado no Diário Oficial da União da próxima sexta-feira - um montante de R\$ 64,5 milhões. Dos R\$ 170 milhões que deverão ser gastos na recuperação da ponte Hercílio Luz, R\$ 40 milhões já foram aplicados e esses R\$ 64,5 milhões garantirão o salvamento dessa ponte.

A partir de agora deveremos buscar uma parceria, unificando as entidades organizadas de classe. A Fiesc tem um papel predominante nesse processo para sensibilizar os empresários catarinenses a destinar, na sua declaração de imposto de renda, 4% para a recuperação desse nosso patrimônio histórico de Santa Catarina.

É preciso ressaltar, deputado Manoel Mota, que vai haver uma conta específica na FCC, uma conta fechada, para que o executor, a secretaria dos Transportes, possa, então, tomar todas as providências necessárias à liberação dos recursos. Essa conta poderá ser utilizada e movimentada apenas a partir do momento em que já estiverem depositados pelo menos 20% do total dos recursos. O secretário já informou sua disposição de abrir também uma conta para que as pessoas físicas em todo o Brasil possam destinar recursos do imposto de renda, através da Lei Rouanet, para a restauração da ponte Hercílio Luz.

O Sr. Deputado Manoel Mota - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO VALMIR COMIN - Pois não!

O Sr. Deputado Manoel Mota - Quero cumprimentar v.exa., parabenizando-o pelo seu pronunciamento, pois levanta dois temas importantes. Em primeiro lugar, o aniversário de Turvo, um município campeão na produção de arroz irrigado no Brasil e que para nossa alegria fica no vale do Araranguá, no sul do estado. É de importância fundamental que se reconheça o grande trabalho do prefeito Ronaldo Carlessi e do vice Everton Aldir Schmidt.

Em segundo lugar, falar da ponte Hercílio Luz é falar da história deste estado, da história da capital. Não podemos viver sem ela, será um desastre, porque o mundo inteiro conhece Santa Catarina pela ponte Hercílio Luz. Por isso a sua preocupação é a nossa preocupação, ou seja, buscar alternativas para que esse monumento histórico continue sempre vivo no coração de cada catarinense, de cada brasileiro.

O SR. DEPUTADO VALMIR COMIN - Muito obrigado, deputado Manoel Mota, e incorporo seu aparte ao meu pronunciamento.

Somente para reflexão, quero lembrar que em 1924 a ponte foi construída com um guincho a vapor, em 23 meses. O

estado levou, depois da construção, mais seis meses para preparar as vias de acesso. Naquela época já havia o conceito de pedagiamento, cobrava-se do cavalo, do cavalo com carroça, do cidadão comum, do falecido, do cidadão que ia casar, enfim, já se havia esse conceito.

Passados todos esses anos, não conseguimos viabilizar os investimentos para salvar essa obra, que já tinha no seu projeto a condição de abrigar uma linha férrea e que tem capacidade de escoar 40 mil veículos por dia.

Vejam que estamos vivenciando um transtorno, um caos total com relação à mobilidade urbana na capital. A recuperação da ponte Hercílio Luz é fundamental para, aliada à ponte Pedro Ivo, desafogar o trânsito entre a ilha e o continente.

Enfim, é preciso pensar um conceito macro, um conceito de região metropolitana, para dar mobilidade e acessibilidade a todos que fazem uso do acesso ilha-continente e vice-versa.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antônio Aguiar) - O próximo orador inscrito é o sr. deputado Serafim Venzon, a quem concedemos a palavra por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO SERAFIM VENZON - Sr. presidente, srs. deputados, quero cumprimentar os bombeiros militares que acompanham esta sessão. Temos manifestado, já na comissão, o interesse desta Casa, de todos os deputados, de buscar uma forma consensuada que valorize o trabalho dos nossos heróis, bombeiros militares, mas que não ignore os bombeiros voluntários, que fazem parte da história de Santa Catarina e que ainda hoje exercem essa tarefa em diversas cidades.

Dessa forma, quero assegurar a todos os senhores, tanto aos bombeiros militares, quanto aos bombeiros "voluntários", entre aspas, porque em algumas cidades eles são remunerados, que esta Casa busca um consenso que possa agradar todos os bombeiros e principalmente atender à necessidade social.

Quereria saudar de forma muito carinhosa e muito especial o governador Raimundo Colombo, que se está dedicando de uma forma muito especial à questão tributária. Hoje, das tantas reformas decorrentes da Constituição de 1988, pelo menos três são muito importantes e precisam acontecer - a reforma tributária, a reforma política e a complementação da reforma da previdência. E em minha opinião, sem dúvida nenhuma, a reforma tributária é a que precisaria acontecer com mais urgência.

Para os nossos ouvintes terem uma ideia, os recursos hoje são distribuídos para quem arrecada mais. Quem ouve essa frase logo diz: "Tem que ser. Quem arrecada mais, tem que receber mais". Mas quando analisamos isso na prática, vemos que estamos equivocados. Por quê? Porque hoje os impostos são arrecadados na fonte, mas quem paga de fato o imposto é o consumidor. Quando o empresário produz e vende o produto pela primeira vez, nessa hora já é cobrado o imposto, ou seja, o imposto é cobrado na origem. Mas depois quem paga de fato é o consumidor final.

Então, no caso do carro que é produzido em Minas Gerais e vendido em Santa Catarina, o imposto é cobrado na hora em que o carro sai da fábrica, mas quem paga de fato o imposto é aquele que comprou o carro em Santa Catarina. É isso que ocorre no estado do Acre, no estado do Amapá, no estado do Ceará e assim por diante.

Já houve gente no Brasil que se enfileirou entre aqueles que queriam separar o país porque acham que o povo do sul é trabalhador enquanto o do norte fica lá pulando carnaval - eles que têm um turismo muito maior do que no sul -, como se o consumo deles não interferisse em nada para a produção.

Hoje podemos produzir quantos carros quisermos, podemos produzir quantas camisas quisermos. De qualquer produto que se imaginar, podemos produzir a quantidade que quisermos, o problema será achar comprador para ele.

Então, se há 20, 30 anos, quando foi estipulado esse modelo tributário, tinha-se que cobrar o imposto na origem porque no destino seria muito difícil fiscalizar e controlar, agora, com toda a tecnologia disponível, há que se cobrar o imposto no destino final, porque aí, sim, saberemos quem é de fato o verdadeiro contribuinte, e o imposto voltará para ele em benefícios públicos.

Quando discutimos, por exemplo, a questão dos *royalties* do petróleo, vemos que quem paga é quem consome o combustível. Se fizermos uma reforma tributária de maneira que o imposto seja cobrado no destino e que volte para o destino, estará tudo certo. Ou seja, o imposto voltará para a região onde foi cobrado, pois quem pagou de fato foi o consumidor.

Do jeito que está agora, nos municípios que geram energia elétrica, por exemplo, o retorno é tão grande que eles não têm como gastar aquele imposto todo. Não vou citar as cidades de Santa Catarina onde, pela quantidade de retorno de ICMS de acordo com a lei, o volume de recursos é tão grande que não conseguem gastar o dinheiro todo. Por quê? Porque a lei diz o seguinte: quanto mais se arrecada no município, mais volta. Mas quem pagou a energia elétrica, quem foi? Fomos nós. Foi cada um de nós que tem sua casa, sua geladeira, seu ar condicionado! O consumo é espalhado por todos os contribuintes, mas o imposto volta para a cidade onde está localizada a usina de geração de energia, justamente porque lá é que ela foi produzida. Assim como volta para Lages o imposto da cerveja, porque lá está sediada uma grande produtora dessa bebida.

Enfim, esse modelo econômico que determina a cobrança do imposto na origem já teve o seu tempo, mas hoje, com a tecnologia disponível, que permite que seja cobrado imposto até sobre um chiclete vendido numa loja de conveniência, não se admite mais esse modelo. Seria muito melhor, muito mais justo, muito mais prático coibir a corrupção se fosse cobrado o imposto no destino, ou seja, onde o imposto é produzido.

Hoje o governador Raimundo Colombo está em Brasília defendendo os

interesses de Santa Catarina no que se refere aos nossos cinco portos. Aqui se cobrava uma taxa de importação e de nacionalização menor do que nos outros estados da federação, a fim de estimular o movimento portuário porque num país que permite a guerra fiscal entre os estados, temos que a fazer também.

Então, o governador está lá combatendo os efeitos de uma lei maléfica, que já teve o seu tempo e nós precisamos, sem sombra de dúvida, agilizar a aprovação da reforma tributária. E ressalte-se que a presidente Dilma Rousseff tem voto, tem conhecimento, tem liderança para fazê-la. Não lhe falta nada!

Na verdade, essa reforma tributária já está projetada desde o governo de FHC, mas ninguém teve coragem de aprová-la. Contudo, está chegando a hora, a fim de buscarmos mais justiça social.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antônio Aguiar) - Esta Presidência gostaria de registrar e agradecer a presença dos bombeiros militares.

Com a palavra o próximo orador inscrito em Explicação Pessoal, deputado Joares Ponticelli, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO JOARES PONTICELLI - Sr. presidente, srs. deputados, catarinenses que nos acompanham pela TVAL e pela Rádio Alesc Digital.

Na esteira da manifestação do eminente deputado Serafim Venzon, quero trazer uma preocupação que desde o ano passado vimos debatendo na Unale. Inclusive, estou muito feliz porque o deputado Marcos Vieira, presidente da comissão de Finanças e Tributação, priorizou o debate da dívida dos estados naquela instância. Até li que o deputado Marcos Vieira está marcando uma reunião conjunta das comissões de Finanças dos três estados do sul - Santa Catarina, Paraná e Rio Grande do Sul - para debater em nível de região todo esse problema, que não é apenas nosso, é de todo o país.

O deputado Serafim Venzon colocou aqui a preocupação que tirou o governador do estado e mantém-no em Brasília de hoje até a próxima quinta-feira, para tentar salvar recursos essenciais até para a manutenção da máquina administrativa. Eu não sei o que vai acontecer, por exemplo, com as obras anunciadas, com as obras em andamento e até com a manutenção da máquina e dos salários dos servidores se essa desgraça se abater sobre nós.

As fotografias, hoje, do governador e da ministra Ideli Salvatti nas reuniões são péssimas. Eu fiquei preocupado com o semblante abatido deles. E até quinta-feira vamos viver, deputado Antônio Aguiar, momentos de tensão em Santa Catarina, porque se for retirado R\$ 1 bilhão da receita dos cofres do estado deste ano, deputado Maurício Eskudlark, teremos 10% a menos na receita. Então, o estado que conseguir investir apenas 10% da sua receita terá, eu acho, um investimento zero. Imaginem o reflexo disso para o futuro de Santa Catarina!

E aí, deputados Serafim Venzon e Maurício Eskudlark, não podemos continuar assistindo pacificamente e concordando com

essa agiotagem que o governo federal está fazendo, está praticando com os estados da federação. E a crítica não é ao governo atual, até porque esse contrato foi assinado em 1998. A crítica é a todos os governos de 1998 para cá, que não mudaram essa realidade.

Quando a renegociação da dívida foi feita, deputado Antônio Aguiar, em 1998, assinada pelo então governador Paulo Afonso, na então Presidência de Fernando Henrique Cardoso, o nosso estado devia R\$ 4,3 bilhões, o equivalente, hoje, a quatro, cinco meses de receita. Então, a dívida de Santa Catarina há 14 anos, ou seja, em 1998, era de R\$ 4,3 bilhões. Durante esse tempo, o estado pagou R\$ 7,3 bilhões. Desse R\$ 4,3 bilhões, pagamos R\$ 7,3 bilhões em 14 anos e estamos devendo R\$ 9,98 bilhões. Eram quatro, pagamos sete e devemos R\$ 10 bilhões ainda! A dívida era o equivalente, hoje, há quatro meses e pouco de receita. Pagamos sete, oito meses de receita e devemos dez. Bota agiotagem nisso!

Nem o mais voraz dos agiotas, aquele que pega o cara no desespero, cobra uma taxa como essa. Essa é uma ação criminosa do governo central contra os estados. Tanto que estamos, hoje, com 25 estados caminhando a passos largos para a falência. Somente o Amapá e o Tocantins estão salvos por hora, os demais caminham todos nessa direção.

É chegado o momento de reverter esse quadro. E ninguém está falando em calote, deputado Serafim Venzon. A proposta da Unale não é de calote, mas é de reavaliar essas taxas de juros. Não há no mundo taxas tão altas como essas, não há agiotagem no mundo como essa que a união pratica contra os seus estados. E vamos assistir à quebraadeira pacificamente?!

Mas qual é a nossa proposta concreta? É reduzir, deputado Antônio Aguiar, esse percentual de 13% da receita de que a união se apropria na fonte, que toma direto do que o estado arrecada, e pegar parte disso para a criação de um PAC de desenvolvimento dos estados, para que os estados, em vez de entregar esse dinheiro para a união, possam aplicar em obras de infraestrutura para o seu desenvolvimento. Porque mandam o dinheiro daqui para a Brasília e lá desaparece. Lá é somente no beija-mão.

Os governadores e os prefeitos têm que se ajoelhar o tempo todo, ficam lá lambendo botas, beijando mãos, humilhando-se. Com muita força política promete-se tudo e pouco dinheiro chega.

Então, é preciso fazer essa mudança no processo, porque estado e união são entes figurativos. Nós moramos nos municípios. O nosso endereço, a nossa casa não está localizada nem no estado nem na união, que é uma divisão geográfica, política apenas! Nós moramos no município, que é onde sentimos a primeira necessidade! E estamos assistindo a um processo de quebraadeira dos 5.600 municípios deste país. Eu não tenho mais dúvida sobre isso!

Temos que reverter esse processo! Não dá mais para aceitar que a união não cumpra com o mínimo do princípio de justiça de dividir, de forma igualitária e justa, aquilo que arrecada. Já estamos chegando a um patamar de 70% de tudo o que se arrecada

concentrado nas mãos da união e os serviços são cada vez mais transferidos para a responsabilidade dos estados e municípios. E lá fica o graúdo da arrecadação e aqui o graúdo da contraprestação do serviço. Só que o dinheiro para isso não vem.

É lá em Brasília, o que é pior, longe daqui, longe do povo, que são tomadas as decisões que vão criando mais problemas ainda, como a criação de mais uma reserva, de mais um parque em Santa Catarina, o que nos vai obrigar, muito brevemente, a trocar a roupa por uma tanga daquelas de índio, faltando somente comprar um arco e flecha e distribuir para os seis milhões de habitantes catarinenses.

É o que queremos fazer com a Resex de Imbituba, de Garopaba e em parte da de Laguna, em que não se permitiria mais nenhum desenvolvimento, nenhum crescimento, nenhuma atividade econômica. Agora, na região do entorno da serra de Grão Pará, de Orleans, de Urubici, de Rio Fortuna falta somente comprar arco e flecha, tanga, cocar e largar para o povo! É isso que estão querendo, porque tudo se decide lá em Brasília!

E o que vão fazer com essas propriedades, com esses agricultores, se aqui no parque da Serra do Tabuleiro, que é um parque quase centenário, até hoje as famílias não foram indenizadas?! Milhares de pessoas morreram sem ter a dignidade devolvida, sem ter direito à propriedade resgatado. E agora querem, num dos escritórios de Brasília, transferir o problema para cá! Deputado Serafim Venzon, está na hora de reagirmos!

O Sr. Deputado Serafim Venzon - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO JOARES PONTICELLI - Pois não!

O Sr. Deputado Serafim Venzon - Quero cumprimentar v.exa. e dizer que assim como o estado paga ao governo federal 13% da sua arrecadação, os municípios também pagam. Por isso que o bônus de arrecadação que se diz que é de 65% de tudo o que se arrecada passa desse valor e talvez chegue a 80%.

Parabéns a v.exa. pelo seu pronunciamento.

O SR. DEPUTADO JOARES PONTICELLI - Muito obrigado, sr. presidente e srs. deputados.

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antônio Aguiar) - Com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Maurício Eskudlark, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK - Sr. presidente, srs. deputados, público que nos acompanha pela TVAL, bombeiros militares aqui presentes, bombeiros voluntários, é muito preocupante essa questão da dívida.

Hoje marquei para falar sobre a Polícia Civil, sobre o IGP e sobre o adicional de permanência, um direito dos servidores e sobre a questão da PEC dos bombeiros.

Porém, inicialmente, quero dizer que foi muito importante o pronunciamento do deputado Joares Ponticelli, porque é inadmissível, deputado Antônio Aguiar, o que os municípios e o estado repassam à união, sem receber o devido retorno. E sabemos

que a aplicação da verba pública quanto mais próxima do cidadão, mais bem fiscalizada é.

Os estados devem e pagam a dívida, mas ela fica cada vez maior. Parece que isso está inserido na parte administrativa deste país, numa forma de sugar os cofres dos estados. É inadmissível o estado dever quatro, pagar sete e ainda continuar devendo nove. É muito complicada essa questão e é preciso que haja coragem para fazer um reestudo.

Li agora que estão formando um grupo de estudiosos, de administradores, de políticos, a fim de encontrar uma solução para a questão da dívida dos estados. O cidadão quer obras, não quer esse aproveitamento que existe dessas verbas. E a arrecadação do estado que poderia ser mais bem aplicada, acaba indo para a união.

Recebi a incumbência do nobre deputado Gilmar Knaesel, presidente da comissão de Segurança Pública, de relatar o projeto que trata do adicional de permanência dos policiais civis e dos servidores do IGP. Já fizemos um relatório favorável nas comissões de Constituição e Justiça e de Finanças e Orçamento. É um projeto importante, reconhece um direito que está sendo retirado, infelizmente, dos policiais civis, dos servidores, principalmente daqueles que têm mais tempo de serviço, porque esse benefício somente é adquirido após 30 anos de serviço. As outras categorias da Segurança recebem esse benefício, mas os profissionais do IGP e da Polícia Civil não recebem.

O relatório já está pronto e irá amanhã à votação na comissão de Segurança Pública. Entendemos que com a boa vontade e a compreensão de v.exa., sr. presidente, e dos demais deputados, ele poderá vir à votação neste plenário, recebendo a aprovação o mais rapidamente possível, para corrigir essa que é uma das distorções existentes neste estado.

Certa vez, assistindo a um júri ouvi o advogado de defesa, após colocar sobre a mesa meio copo d'água, dizer que aquele copo poderia ser definido de várias formas: que estava quase cheio ou quase vazio. E quem fazia uma afirmação ou outra não estava tão errado, porque o copo estava com água pela metade. Então, quem afirmava que estava quase vazio ou quem afirmava que estava quase cheio tinha razão.

Digo isso para falar sobre a primeira parte do meu comentário sobre a questão dos bombeiros. Os bombeiros comunitários fazem um excelente trabalho de atendimento, de segurança, de salvar vidas, um trabalho emergencial. Há competência, há treinamento, assim como os bombeiros militares.

Escuto aqui colegas dizendo às vezes que esse é melhor, que esse é mais importante ou que os dois são importantes, mas todos estão certos. Ou seja, quem disse que está meio cheio o copo ou quem disse que está meio vazio está certo. O que não podemos abrir mão é do poder de estado, do poder de polícia para o licenciamento de obras e construções, pois entendemos que esse é um dever do estado.

O convênio para manter os dois bombeiros deve existir porque, infelizmente, onde o estado não pôde atender à

comunidade foram criadas as corporações de bombeiros comunitários, que ao longo dos anos prestaram relevantes serviços à sociedade. Mas hoje, o que se está discutindo é o poder de polícia para o licenciamento.

Eu diria, deputado Ismael dos Santos, que há centenas de municípios que ainda não tiveram a implementação dos bombeiros e não podemos permitir que a licença para a construção, deputado Antônio Aguiar, seja expedida sem que haja um visto do estado, uma exigência do estado. Por quê? Porque há grandes empresários muito responsáveis que apóiam os bombeiros em todo o estado de Santa Catarina, mas há municípios onde ainda não há bombeiros implementados e não podemos abrir um vácuo na lei.

Entendo que daqui para frente todos os novos bombeiros a ser implementados deveriam ser militares ou com a coordenação militar, para impedir que no município que ainda não possui esse serviço alguém inescrupuloso incentive a implantação com o objetivo de, na expedição de algum alvará, ter seus interesses atendidos.

Nós sabemos da idoneidade dos bombeiros que estão aí, mas cremos não pode ficar um espaço na lei, porque neste país onde se faz tanta lei para coibir a corrupção, o abuso ainda acontece. E se deixarmos um vácuo na lei, se o estado abrir o seu poder de polícia...

Entendo que uma vez que se exige curso superior para ingressar no Corpo de Bombeiros Militar, todo bombeiro deveria ter formação em Engenharia para fazer uma vistoria e ser um servidor público com poder de estado, com responsabilidade de estado na expedição de um alvará.

Então, não podemos permitir que seja criada mais uma unidade de bombeiros que possa expedir um alvará, porque sabemos que para a construção de um prédio de dez ou 15 andares um metro quadrado por andar significa muito. E muitas vezes a ganância vai fazer com que a escada de segurança na tenha a medida necessária para atuação no caso de uma calamidade, ou que o prédio não tenha os mecanismos necessários para a proteção da vida humana. E depois que um edifício, como o Joelma, pega fogo, não adianta fazer movimentação, porque a tragédia já aconteceu!

É claro que vivemos sempre com o sentimento de que nada vai acontecer, mas se acontecer? Tem que haver fiscalização, através do poder de polícia do estado!

Eu até entendo que os bombeiros existentes têm condições de receber essa delegação de poderes, mas não podemos deixar em aberto para que novas unidades que venham a ser criadas possam ter algum tipo de visão, de maldade ou de interesse de terceiros.

Então, vejo que o poder do estado que é dado hoje aos bombeiros militares deve permanecer. Esse é o meu ponto de vista.

Ouvimos, na comissão de Segurança, a manifestação do sr. Marcelo Schrubbe, presidente da Federação Catarinense de Bombeiros Comunitários, que deu um depoimento sobre o trabalho conjunto

dos bombeiros militares e bombeiros voluntários no socorro às vítimas. Mas o poder de polícia é do estado e entendo que assim deve permanecer.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antônio Aguiar) - Inscrito para falar o eminente deputado Manoel Mota, líder do sul, a quem concedo a palavra por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO MANOEL MOTA - Sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas, telespectadores da TVAL e ouvintes da Rádio Alesec Digital, gostaria de cumprimentar os prefeitos que, a trabalho, visitam-nos na tarde de hoje: Eclair Alves Coelho, de Timbé do Sul; e Wagner da Rosa, de Maracá. Eles nos prestigiam com a sua presença, na tarde de hoje, no Parlamento catarinense.

Quero, neste instante, parabenizar o prefeito de Turvo, Ronaldo Carlessi, pela emancipação daquele glorioso município que é o campeão de arroz irrigado do mundo. Hoje é o dia da emancipação política daquele município e com certeza estão fazendo uma grande festa em Turvo.

Gostaria de cumprimentar o prefeito Ronaldo Carlessi, o vice-prefeito Everton Aldir Schmidt, o presidente da Câmara Municipal, vereador Esio Simão, os vereadores, enfim, toda a sociedade turvense que comemora o aniversário de uma cidade que orgulha toda Santa Catarina.

Sr. presidente, dei entrada a um requerimento que foi aprovado na tarde de hoje, que diz o seguinte:

(Passa a ler.)

"O Deputado que este subscreve, nos termos do art. 40 e parágrafos do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina, REQUER seja encaminhado ao Reitor da Universidade Federal de Santa Catarina, Sr. Avaro Toubes Prata, a implantação de um Curso de Medicina no *Campus* da Cidade de Araranguá.

A Universidade Federal de Santa Catarina tem por finalidade 'produzir, sistematizar e socializar o saber filosófico, científico, artístico e tecnológico, ampliando e aprofundando a formação do ser humano para o exercício profissional, a reflexão crítica, solidariedade nacional e internacional, na perspectiva da construção de uma sociedade justa e democrática e na defesa da qualidade de vida'.

A Missão do *Campus* de Araranguá: 'gerar, socializar e aplicar conhecimentos oferecendo ensino, pesquisa e extensão, inovando na formação de cidadãos e contribuindo para o desenvolvimento sustentável da região'.

A procura pelo curso supracitado é imensa e a oferta disponibilizada pelas universidades da região sul não supre a grande demanda.

É nesse sentido que solicitamos a implantação desse importantíssimo curso para o Vale do Araranguá.

O atendimento a essa reivindicação se reveste de maior relevância e seus benefícios serão imediatos.

Sala das sessões, em

(a) Deputado Manoel Mota"[sic]

Por que serão imediatos? Porque aquela é uma região muito forte no setor da agricultura. E hoje empresas estão-se instalando na região, como a Philip Morris, a CTA, a Alliance One e a Tramonto Alimentos. Foram gerados mais de seis mil empregos em virtude das empresas que se instalaram em Santa Catarina, fruto de um trabalho de Luiz Henrique e depois de Raimundo Colombo.

A Unisul chegou a Araranguá, mas no *campus* não há um curso de Medicina. A Unesc chegou a Araranguá, mas não tem um curso de Medicina. Nós queremos fazer um apelo para que a Universidade Federal de Santa Catarina, que tem um *campus* em Araranguá, implante um curso de Medicina naquela região, que precisa desenvolver-se, ter os seus profissionais e qualificá-los. E um curso de Medicina trará muitos benefícios à região.

Por isso, tenho convicção de que isso é possível, porque sei do potencial que a Universidade Federal de Santa Catarina tem.

Peço o apoio dos nobres pares do Parlamento catarinense para que contribuam com a região sul do estado, que é a segunda região mais pobre de Santa Catarina. Vejam que qualquer projeto que entrar nesta Casa e que disser respeito às regiões sul e serrana terá o meu apoio antecipado, porque essas são duas regiões onde precisa haver investimento.

Estou convicto de que uma grande empresa irá instalar-se em Tubarão - há apenas uma dificuldade em relação ao terreno -, gerará muitos empregos e ter um faturamento de R\$ 1 bilhão por ano. Quer dizer, com isso já dá para se ver a dimensão dessa empresa e o que poderá proporcionar à região.

Agora, quero fazer um apelo aos senadores Luiz Henrique da Silveira, Casildo Maldaner e Paulo Bauer e de Santa Catarina, principalmente os do sul, Edinho Bez e Jorge Boeira, para que entrem nessa luta para que tenhamos de fato e de direito um curso de Medicina lá instalado.

O deputado Antônio Aguiar, que preside neste momento esta sessão e é formado em Medicina, sabe a importância de uma região ter um curso de Medicina. Temos o orgulho e a honra de ter quatro universidades, porque temos também o Futuro, mas não temos nenhuma com curso de Medicina. E a Universidade Federal de Santa Catarina, que tem um *campus* em Araranguá, recebeu um terreno onde dá para construir o que se imaginar. O terreno, que deve ter 20 hectares de terra, localizado no centro da cidade!

Então, tenho certeza de que o reitor Álvaro Toubes Prata, da UFSC, com a visão que tem, irá fazer um estudo profundo e ver que a demanda é enorme e que esse curso é fundamental para desenvolver aquela região.

Temos lá o Hospital Regional de Araranguá, que sempre quisemos transformar num Hospital Universitário. Agora uma OS está assumindo a sua administração, mas por que não a Universidade Federal de Santa Catarina daqui a pouco utilizar-se do próprio hospital para transformá-lo num hospital universitário, para transformá-lo num hospital com qualidade em saúde no sul do nosso estado?

O curso de Medicina leva os melhores profissionais para dar aula. Quer dizer, se são os melhores profissionais para dar aula, são os melhores profissionais para atender à população. Por isso, estou aqui, meu caro presidente, fazendo uma convocação para que todos os parlamentares ajudem o sul de Santa Catarina a crescer, a desenvolver-se, a gerar emprego, renda, qualidade de vida e preparar o ser humano para o futuro.

Queremos agradecer, sr. presidente, e dizer que vamos lutar de corpo e alma para que tenhamos essa bandeira levantada e o curso de Medicina instalado.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antônio Aguiar) - Parabéns pelo seu pronunciamento, nobre deputado Manoel Mota. Com certeza, como médico, não poderia deixar de me solidarizar com v.exa. e dizer que farei tudo para que se viabilize o seu pedido.

Com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Ismael dos Santos, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS - Sr. presidente, deputado Antônio Aguiar, mais uma vez fechando aqui os debates da nossa Assembleia Legislativa, caros ouvintes da Rádio Alesc Digital, telespectadores que nos acompanham pela TVAL, ocorrerá amanhã, na Câmara de Vereadores de Blumenau, mais uma audiência pública relacionada à BR-470. V.Exa., que esporadicamente também passa pela referida rodovia para chegar até Canoinhas, sabe do desafio que ela significa.

Eu quero compartilhar alguns números que a imprensa tem notificado. Na última década, de 2000 a 2011, tivemos 1.286 óbitos na BR-470. Somente no ano passado, em 2011, tivemos 165 mortes e neste ano de 2012 já tivemos o registro de 24 mortes. Diante desses números, ninguém, absolutamente ninguém, tem o direito de ficar calado e muito menos nós,

representantes do povo catarinense, nesta Casa.

Eu trago este discurso, nesta tarde, não somente pela audiência que ocorrerá amanhã, na Câmara de Vereadores de Blumenau, mas pela informação que recebi hoje, deputado Antônio Aguiar, de que foi dada a largada para a duplicação do trecho Guaíba/Pelotas/BR-116, com 211km.

E aí eu me pergunto, deputado: será que isso decorre do fato de a nossa presidente ser gaúcha? Ou por que o governador Tarso Genro é do PT? Qual é a razão?

A BR-470 há 40 anos foi projetada para uma média de dez mil veículos/dia e hoje chega a ter 25 mil veículos/dia, sendo que pelo menos 35% desses 25 mil veículos/dia são caminhões com carga pesada, quatro mil contêineres por dia, sem falar na questão econômica, uma vez que 40% da economia catarinense passa pela BR-470, com todo o oeste catarinense desembocando principalmente no porto de Itajaí.

O Estudo de Impacto Ambiental está a passos de tartaruga. Já foi entregue o estudo de viabilidade técnica e econômica, mas ainda estamos aguardando o tal do EIA.

A presidente Dilma Rousseff, quando esteve em Blumenau há alguns meses, prometeu a duplicação da BR-470 e sinalizou que no mês de julho de 2012 as máquinas estariam roncando naquela rodovia. É claro que nós não tínhamos como acreditar nessa promessa e infelizmente mais uma vez estamos sendo atropelados pela burocracia.

Então, mais uma vez eu indago: se hoje foi autorizada a duplicação de 211km de Guaíba a Pelotas, por que a BR-470, que também tem uns 200km de Navegantes a BR-116, mas da qual estamos pedindo a duplicação inicial de 74km de Navegantes a Indaial, onde se concentra o maior fluxo de veículos, não sai do papel?!

Sr. presidente e srs. deputados, é preciso agir e agir rapidamente, porque o

número de mortes é absurdo: 1.286 óbitos na BR-470 na última década. De fato, acabar com essas mortes estúpidas naquela rodovia é responsabilidade de todos nós, catarinenses, mas, sobretudo, é responsabilidade do governo federal.

Desta tribuna não nos vamos calar porque duplicar a BR-470, deputado Antônio Aguiar, é uma questão econômica, sim, é uma questão moral, mas é, acima de tudo, uma questão de defesa da vida.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antônio Aguiar) - Parabéns, deputado Ismael dos Santos, pelo pronunciamento que faz na defesa de vidas perdidas numa rodovia federal. V.Exa. tem o nosso apoio e acreditamos que a sociedade catarinense também o apóia.

Não há mais inscritos oradores em Explicação Pessoal.

Livre a palavra a todos os srs. parlamentares.

(Pausa)

Não havendo mais quem queira fazer uso da palavra, esta Presidência, de acordo com o art. 110 do Regimento Interno, comunica que são as seguintes as matérias destinadas à Ordem do Dia da 19ª Sessão Ordinária de 21 de março de 2012:

Discussão e votação em turno único dos Projetos de Lei n.s: 0074/2012; 0029/2012; 0528/2011; 0534/2011; 0535/2011; 0564/2011; 0565/2011; 0566/2011; 0566/2011; 0568/2011; 0570/2011 e 0005/2012.

A Presidência, antes de encerrar a presente sessão, convoca outra, ordinária, para amanhã, no horário regimental, com a seguinte Ordem do Dia: matérias em condições regimentais de serem apreciadas pelo Plenário.

Está encerrada a sessão.

ATOS DA MESA

ATO DA PRESIDÊNCIA DL

ATO DA PRESIDÊNCIA Nº 008-DL, de 2012

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA, em conformidade com o art. 40 e seus parágrafos, do Regimento Interno, no uso de suas atribuições CONSTITUI Fórum Parlamentar, integrado pelos Senhores Depu-

tados Antonio Aguiar, Volnei Morastoni, Jailson Lima, Sargento Amauri Soares, Valmir Comin, Jorge Teixeira, Mauro de Nadal, Dado Cherem, Serafim Venzon e Aldo Schneider, objetivando tratar da questão das cirurgias eletivas no Estado de Santa Catarina.

PALÁCIO BARRIGA VERDE, em Florianópolis, 22 de março de 2012

Deputado Gelson Merisio

Presidente

*** X X X ***

PUBLICAÇÕES DIVERSAS

ATA DE COMISSÕES PERMANENTES

ATA DA 1ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DIREITOS E GARANTIAS FUNDAMENTAIS, DE AMPARO À FAMÍLIA E À MULHER, REFERENTE À 2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 17ª LEGISLATURA, REALIZADA NA DATA DE 06 DE MARÇO DE 2012, ÀS 11 HORAS, NA SALA DE IMPRENSA.

Às onze horas, do dia seis do mês de março do ano de dois mil e doze, reuniram-se, sob a Presidência da Deputada Luciane Carminatti, os Deputados: Ismael dos Santos, Luiz Eduardo Cherem, Silvío Dreveck e, as Deputadas Angela Albino e Dirce Heiderscheidt, apresentaram justificativa. A Presidente agradeceu a presença dos Deputados e dando prosseguimento, passou a palavra ao Deputado Ismael dos Santos, que relatou o

PL./0560.6/2011 e OF./0588.4/2011, aprovados por unanimidade; em seguida passou a palavra ao Deputado Dado Cherem, que relatou o PL./0277.6/2011, aprovado por unanimidade e, relatou também o OF./0627.4/2011, da Deputada Angela Albino, que foi aprovado por unanimidade; a Presidente solicitou ao Deputado Silvio Dreveck para relatar os projetos da Deputada Dirce Heiderscheidt, OF./0627.4/2011, aprovado por unanimidade, e PL./0422.8/2011, que a Presidente pediu vistas. Em seguida passou as deliberações; comunicou os Ofícios recebidos da Secretaria Nacional de Direitos Humanos sobre convênios no Estado; Ofício do GAPA/Chapecó, solicitando Criação Frente Parlamentar Prevenção AIDS, Hepatites Virais e Tuberculose e Audiência Pública para discutir "A Saúde no Sistema Prisional do Estado", foi sugerido pelo Deputado Dado Cherem o encaminhamento de correspondência ao Presidente da Comissão de Saúde, para fazer estas atividades em conjunto, sendo aprovado por unanimidade. A Presidente apresentou ofício para ser encaminhado ao Presidente da Escola do Legislativo, solicitando Seminário Nacional de Direitos Humanos, da Juventude e da Mulher, para o 2º Semestre, aprovado por unanimidade. Nada mais havendo a tratar a Presidente encerrou a reunião, da qual eu, M^a de Lourdes Nasário, Chefe de Secretaria, lavrei a presente ata, que após lida e aprovada, será assinada pela Presidente e publicada no Diário da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina.

Luciane Carminatti

Presidente da Comissão de Direitos e Garantias Fundamentais

*** X X X ***

ATA DA 4ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 17ª LEGISLATURA, REALIZADA ÀS 09H00 DO DIA 20 DE MARÇO DE 2012.

Às nove horas do dia vinte de março do ano de dois mil e doze, sob a Presidência do Deputado Romildo Titon reuniu-se a Comissão de Constituição e Justiça, com a presença dos Senhores Deputados: Luiz Eduardo Cherem, Mauro de Nadal substituindo Elizeu Mattos, José Nei Alberton Ascari, Sargento Amauri Soares, Serafim Venzom, Silvio Dreveck e Volnei Morastoni. Aberto os trabalhos o Presidente colocou em votação a ata da 3ª reunião ordinária, que colocada em votação foi aprovada por unanimidade. O Deputado Luiz Eduardo Cherem relatou o Projeto de Emenda Constitucional nº 0009.7/2011 exarou parecer favorável, que posto em discussão e votação, foi cedido pedido de vista em gabinete ao Deputado Sargento Amauri Soares; os Projetos de Lei nºs 044.2/2012, 0552.6/2011 e 0025.0/2012 exarou pareceres contrários, que colocados em discussão e votação, foram aprovados por unanimidade; os Projetos de Lei de nºs 0062.4/2012, 0073.7/2012, 0545.7/2011 exarou pareceres pela diligência, que colocados em discussão e votação, foram aprovados por unanimidade. O Deputado Silvio Dreveck relatou o Projeto de Lei nº 042.0/2011 exarou parecer contrário, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade; o Projeto de Lei nº 0076.0/2012 exarou parecer favorável, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade e o Projeto de Lei nº 0124.1/2007 exarou parecer contrário, que posto em discussão, foi cedido pedido de vista em gabinete ao Deputado Dirceu Dresch. O Deputado José Nei Ascari relatou o Ofício de nº 0018.7/2012, exarou parecer favorável, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade; o Projeto de Lei Complementar nº 0050.6/2011 exarou favorável com emenda supressiva, que posto em discussão e votação, foi cedido pedido de vista em gabinete aos Deputados Dirceu Dresch, Sargento Amauri Soares e Elizeu Mattos; o Projeto de Lei Complementar nº 036.8/2011 exarou parecer pela diligência, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade; os Projetos de Lei nº 0048.6/2012, 0045.3/2012 e 0026.0/2012 exarou parecer favorável, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade e o Projeto de Lei nº 0069.0/2012 exarou parecer favorável, que posto em discussão e votação, foi cedido pedido de vista em gabinete ao Deputado Dirceu Dresch. O Deputado Sargento Amauri Soares relatou os Projetos de Lei de nº 0068.0/2012 e 0071.5/2012 exarou pareceres favoráveis, que colocados em discussão e votação, foram aprovados por unanimidade. O Deputado Dirceu Dresch relatou os Projetos de lei nº 0075.9/2012 e 0049.7/2012, exarou pareceres favoráveis, que colocados em discussão e

votação, foi aprovado por unanimidade. O Deputado Romildo Titon relatou o Projeto de Lei de nº 0077.0/2012 exarou parecer pela diligência, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. A reunião foi suspensa às 11h30, sendo reaberta às 17 h, o Deputado José Nei Ascari relatou o Ofício nº 0018.7/2012, exarou parecer favorável na forma do Projeto de Decreto Legislativo, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. Nada mais havendo a tratar o Senhor Presidente agradeceu a presença dos Senhores Deputados e encerrou a reunião às 17h30min, da qual, eu, Robério de Souza, Chefe da Secretaria, lavrei a Ata, que após lida e aprovada por todos os membros, será assinada pelo Senhor Presidente e, posteriormente, publicada no Diário da Assembleia Legislativa.

Sala das Comissões, em 20 de março de 2012.

Deputado Romildo Titon

Presidente

*** X X X ***

ATA DA 4ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO, REFERENTE À 2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 17ª LEGISLATURA.

Às nove horas do dia quatorze de março de dois mil e doze, sob a Presidência do Deputado Marcos Vieira, reuniram-se os Deputados membros da Comissão de Finanças e Tributação: Aldo Schneider, Darci de Matos, Manoel Mota, Neodi Saretta, Sargento Amauri Soares e o Deputado Valmir Comin. Aberto os trabalhos, o Deputado Presidente colocou em discussão a Ata da 3ª reunião ordinária, que em votação, foi aprovada por unanimidade. O Senhor Presidente deu boas vindas ao mais novo membro da Comissão Deputado Valmir Comin, que agradeceu e registrou que é a primeira vez que faz parte da Comissão de Finanças e Tributação. Ato contínuo, o Senhor Presidente passou a palavra aos Senhores Deputados, para relatarem as matérias em pauta: o Deputado Aldo Schneider relatou o PL./0255.0/2011 que institui a Campanha Permanente de Esclarecimento e Prevenção do contágio de Hepatite dos tipos B e C, voltada aos profissionais de salão de beleza e estabelecimentos congêneres no âmbito do Estado de Santa Catarina, seu parecer foi contrário ao projeto, posto em discussão e votação, o Deputado Neodi Saretta pediu vistas em gabinete. O Deputado Aldo Schneider relatou o PLC/0002.9/2012, que altera o art.79 da Lei Complementar nº 453, de 2009, art. 71 da Lei nº 15.156, de 2010, e o art.60 da Lei Complementar nº 472, de 2009, e adota outras providências para os grupos de Segurança Pública e Justiça e cidadania, seu parecer foi favorável ao projeto, posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. O Deputado Valmir Comin relatou o PL./0002.3/2012, que altera o anexo único da Lei nº 15.289, de 2010, que autoriza o Poder Executivo a contratar operação de empréstimos junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, objetivando a implantação do Programa de Modernização da Administração das receitas e da Gestão Fiscal, Financeira e Patrimonial da Administração Estadual PMAE - Gestão/SEA, seu parecer foi favorável ao projeto, posto em discussão e votação, o Deputado Aldo Schneider fez pedido de vistas em gabinete. O Deputado Sargento Amauri Soares relatou o PL./0074.8/2012, que autoriza a aquisição de imóvel no município de Urubici, para instalação do Quartel Policial Militar, seu parecer foi favorável ao projeto, posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. Ato Contínuo, o Deputado Sargento Amauri Soares relatou o PL./0420.6/2011, que dispõe sobre a obrigatoriedade de sinalização, em todo território Catarinense, de locais de interesse ecológico que constituem unidades de conservação estaduais, seu parecer foi favorável ao projeto, posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. O Deputado Marcos Vieira relatou o PL./0001.2/2012, que autoriza o Estado de Santa Catarina prestar garantia em operação de crédito externa a ser celebrada entre a Companhia Catarinense de Águas e Saneamento - CASAN e a Caixa Econômica Federal - CEF, seu parecer foi favorável ao projeto, posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. O Deputado Marcos Vieira relatou o PL./0041.0/2012, que proíbe transferências voluntárias de recursos financeiros do Estado, aos municípios que concedam permissão para loteamento em áreas consideradas de risco, seu parecer foi favorável ao projeto, posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. O Senhor

Presidente apresentou aos senhores Deputados o cronograma das Audiências Públicas Regionais para LDO 2012 e LOA 2013, que será discutido e votado na reunião do dia 21 de março de 2012. Ato Continuo o Senhor Presidente leu o Requerimento referente à Audiência Pública, para discutir a renegociação da dívida dos Estados da região Sul, em busca de condições adequadas às suas situações econômicas, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerrou a presente reunião, onde para constar eu, Wilson Elias Vieira Chefe de Secretaria, lavrei a presente Ata que, após ser lida e aprovada por todos os Membros da Comissão, será assinada pelo Presidente e posteriormente publicada no Diário desta Assembléia.

Sala das Comissões, sete de março de dois mil e doze.

Deputado MARCOS VIEIRA

Presidente da Comissão de Finanças e Tributação

*** X X X ***

ATA DA 5ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO, REFERENTE À 2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 17ª LEGISLATURA.

Às nove horas do dia vinte e um de março de dois mil e doze, sob a Presidência do Deputado Marcos Vieira, reuniram-se os Deputados membros da Comissão de Finanças e Tributação: Deputado Carlos Chiodini substituindo o Deputado Aldo Schneider, Darci de Matos, Gilmar Knaesel, Manoel Mota, Neodi Saretta, Luciane Carminatti, Sargento Amauri Soares e o Deputado Valmir Comin. Aberto os trabalhos, o Deputado Presidente colocou em discussão a Ata da 4ª reunião ordinária, que em votação, foi aprovada por unanimidade. Ato contínuo, o Senhor Presidente passou a palavra aos Senhores Deputados para relatarem as matérias em pauta: o Deputado Carlos Chiodini relatou o PL./0002.3/2012, que altera o anexo único da Lei nº 15.289, de 2010, que autoriza o Poder Executivo a contratar operação de empréstimo junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, objetivando a implantação do Programa de Modernização da Administração das Receitas e da Gestão Fiscal, Financeira e Patrimonial da Administração Estadual - PMAE - Gestão/SEA, seu parecer foi favorável ao projeto, posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. O Deputado Gilmar Knaesel relatou o PL./0032.9/2012, que autoriza o Poder Executivo a contratar operação de crédito com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, no montante de R\$ 611.000.000,00 (seiscentos e onze milhões de reais), para atender ao Programa Caminhos do Desenvolvimento, seu parecer foi favorável ao projeto, posto em discussão e votação, os Deputados Valmir Comin, Luciane Carminatti, Darci de Matos e Manoel Mota pediram vistas em gabinete. O Deputado Darci de Matos relatou o PL./0021.6/2012, que institui a Semana de Incentivo ao Jovem Empreendedor no Estado de Santa Catarina e adota outras providências, seu parecer foi favorável ao projeto, posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. O Deputado Darci de Matos solicitou diligência ao PL./0257.2/2011, que altera o art. 1º da Lei nº 12.282, de 2002, que dispõe sobre o fornecimento de alimentos orgânicos na merenda escolar nas unidades educacionais do Estado de Santa Catarina, posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. Ato Continuo, o Deputado Sargento Amauri Soares relatou o PL./0071.5/2012, que autoriza a cessão de uso de imóveis no município de Florianópolis para instalação de unidade de educação infantil e desenvolvimento de projetos sociais, seu parecer foi favorável ao projeto, posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerrou a presente reunião, onde para constar eu, Wilson Elias Vieira Chefe de Secretaria, lavrei a presente Ata que, após ser lida e aprovada por todos os Membros da Comissão, será assinada pelo Presidente e posteriormente publicada no Diário desta Assembléia. Sala das Comissões, vinte um março de dois mil e doze.

Deputado MARCOS VIEIRA

Presidente da Comissão de Finanças e Tributação

*** X X X ***

AUDIÊNCIA PÚBLICA

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PROMOVIDA PELA COMISSÃO DE TRANSPORTES E DESENVOLVIMENTO URBANO PARA DEBATER A TRAFEGABILIDADE DE BITRENS NAS RODOVIAS CATARINENSES, REALIZADA NO DIA 29 DE FEVEREIRO DE 2012, ÀS 11H, NA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA.

Aos 29 dias do mês de fevereiro de 2012, às 11h, realizou-se na Sala de Reuniões das Comissões nº 01, na Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina, audiência pública com o objetivo de discutir a trafegabilidade de bitrens nas rodovias catarinenses. A audiência foi proposta pelo Deputado Estadual Valmir Comin (PP), Presidente da Comissão de Transportes e Desenvolvimento Urbano. O senhor Presidente, Deputado Estadual Valmir Comin, abriu os trabalhos desejando boas-vindas a todos e convidando para tomar assento à mesa o senhor Pedro José de Oliveira Lopes, presidente da Federação das Empresas de Transportes de Cargas e Logística no Estado de Santa Catarina (Fetrancesc); o senhor José Carlos (Lussa) Librelato, empresário; o senhor Paulo Roberto Meller, presidente do Departamento Estadual de Infraestrutura do Estado de Santa Catarina (Deinfra); os membros da Comissão de Transportes, Deputados Estaduais Manoel Mota, Jean Kuhlmann, Mauro de Nadal e Padre Pedro Baldissera; além dos Deputados Estaduais Darci de Matos e José Nei Ascari. Disse que o assunto era extremamente pertinente e, de pronto, passou a palavra ao senhor Paulo Roberto Meller, presidente do Departamento Estadual de Infraestrutura do Estado de Santa Catarina (Deinfra), que saudou todos e informou estar acompanhado do diretor de planejamento William, engenheiro renomado em nível nacional que atuava no Deinfra havia 37 anos. Mencionou terem levado para a audiência uma apresentação que haviam feito recentemente no Município de Orleans, avaliando que apesar de ela ter se baseado em um trecho de uma rodovia no sul de Santa Catarina, os mesmos parâmetros podiam ser aplicados em todo o Estado. Iniciando a apresentação de imagens, falou que a questão do bitrem era relativamente nova em nível de Brasil e passou a elencar os veículos que atualmente transitavam em rodovias federais e algumas estaduais: o veículo popularmente chamado de Romeu e Julieta; o bitrem biarticulado, com sete eixos, 19,80 metros e 57 toneladas, que era o que estava sendo analisado na audiência; o tritrem; o treminhão de oito eixos; e o rodotrem de nove eixos. Mostrou foto do bitrem e explicou tratar-se de um cavalo puxando duas carretas. A respeito do problema de o bitrem simbolizar um excesso de peso na pista, disse que aquilo não era verdade porque, pela norma nacional de rodovias, dimensionava-se o peso na rodovia por eixo, acrescentando que o bitrem tinha nove eixos e que todos estavam dentro das normas técnicas, não havendo sobre peso. afirmou que a única questão que restava ainda era a referente aos bitrens nas pontes e que todas as pontes do Estado foram analisadas pelo Deinfra. Explicou que quando se dimensionava uma ponte precisavam ser avaliados tanto o seu coeficiente de segurança como o seu comprimento, complementando que as pontes eram calculadas para suportar 45 toneladas e que o bitrem era um veículo com 57 toneladas. Observou ainda que muitas pontes no Estado eram menos compridas que o bitrem e que, por tal razão, o veículo jamais ficaria todo em cima da ponte, mas que as pontes mais compridas ainda mereciam um estudo em função das 57 toneladas do veículo, acrescentando que, afora isso, quase 90% das pontes atendia a questão do peso, não havendo qualquer outro impedimento. Mencionou que, por orientação do Denatran e do DNIT, precisaram analisar alguns questionamentos técnicos das rodovias estaduais, tais como: veículo de projeto; distância de visibilidade de ultrapassagem; distância de visibilidade em interseções; largura de faixas em trechos tangentes; largura dos acostamentos; superlargura nas curvas horizontais; interseções; e faixas de aceleração e desaceleração. Explicou que a distância de visibilidade de parada apresentada era baseada em carros de passeio e não considerava, explicitamente, caminhões não alterados pela CVC, e que na distância de visibilidade em interseções haviam sido determinadas novas distâncias de visibilidade necessárias para os diversos tipos de manobra. Com relação à largura de faixa de rolamento em trecho tangente, falou que não houve qualquer alteração para o bitrem, mas que o DNIT exigia que a largura dos acostamentos fosse maior que 3 metros para aquele veículo de carga e que a distância de visibilidade de ultrapassagem também precisaria ser alterada, acrescentando que as superlarguras exigiam valores muito superiores aos das normas em vigor para um bitrem. Analisando especificamente a rodovia SC-438 e utilizando-a como modelo para as demais do Estado, disse que para a liberação de tráfego do bitrem seria preciso aumentar a largura dos acostamentos, incluir segmentos com faixas adicionais, alterar interseções, dimensionar novas distâncias de visibilidade de ultrapassagem, entre outros fatores. Avaliou também ser necessário

fazer um estudo dos anéis de contorno para alguns Municípios, justificando que as cidades cresceram em torno da rodovia e que, atualmente, havia rodovias estaduais tratadas como vias municipais por passarem praticamente pelo centro das cidades, sendo necessário, no caso em questão, considerar um bitrem passando pelo centro de um Município. Mencionou que, atualmente, a maior reivindicação dentro do Deinfra eram os anéis de contorno, justamente para evitar tal situação. Especificamente sobre o trecho Tubarão-Braço do Norte-Orleans-Lauro Müller, informou que o DNIT exigia uma pista de rolamento de 7 metros ou mais para a trafegabilidade do bitrem, e que isso estava de acordo; que havia exigência de acostamento igual ou superior a 3 metros, mas que o acostamento do trecho citado era de 2,20 metros, não atendendo às especificações; e que havia a exigência de uma superlargura de 3,32 metros para o bitrem, mas que o trecho a apresentava na dimensão de 1,80 metro, estando também em desacordo com as especificações. Explicou que, geralmente, uma pista tinha 3,5 metros para cada lado da faixa e que nas curvas aquela dimensão aumentava em 1,80 metro, sendo aquele trecho considerado a superlargura da pista, e reiterou que para o bitrem aquela superlargura precisaria ser de 3,32 metros. Sendo assim, avaliou que, tecnicamente, não poderiam liberar o bitrem sem fazer as devidas adequações nas rodovias para que se enquadrassem nas normas exigidas pelo DNIT e pelo Denatran. Mostrou outro trecho da rodovia que ligava Criciúma ao Morro da Fumaça, no qual havia um acostamento de somente 1 metro e que precisava ser ampliado para um de 3 metros para que houvesse a trafegabilidade de um bitrem, e uma superlargura que também precisava de adequações. Informou que o Deinfra vinha analisando a possibilidade de fazer pelo menos alguns corredores de ligação da BR com alguns Municípios, justificando que os bitrens eram o meio utilizado para transportar produtos catarinenses para todo o Brasil. [Taquígrafa-Revisora: Carla Greco Granato.] Disse que mesmo com o bitrem sendo liberado somente nas rodovias federais, estavam também analisando a sua liberação em algumas regiões com o intuito de fazer a interligação entre a BR e alguns Municípios para não atravancar a economia no Estado. Questionando como um bitrem que transitava numa BR podia chegar a um Município no qual não era autorizada a sua trafegabilidade, explicou em poucas palavras que a norma utilizada pelo Denatran e pelo DNIT determinava que ele fosse desconectado e engatado outro cavalo, transformando aquele bitrem em duas carretas, processo este que encarecia para as transportadoras, já que estudos da Fetranesc mostravam que o sistema de bitrem era muito mais econômico para o Brasil em função de reduzir o consumo de pneus e de combustível, fazendo com que mais carga fosse transportada, o que resultava numa redução do custo Brasil. Assim sendo, com o intuito de também contribuir, definiram por liberar alguns corredores em determinadas regiões para não inviabilizar a questão dos bitrens. afirmou que para não sobrecarregar todos os bitrens em cima de uma rodovia, já que a BR-101 passava pelos Municípios de Tubarão, Braço do Norte, São Ludgero, Orleans, Lauro Müller, Urussanga, Cocal do Sul, Criciúma, a ideia foi fazer um anel ligando com a BR-101, e explicou que cada caso estava sendo analisado separadamente, exemplificando que quem estava em São Ludgero e queria ir para a BR-101, teria que fazer o caminho São Ludgero, Braço do Norte, Tubarão, BR-101; quem estava em Orleans e queria ir para a BR-101, teria que fazer um outro caminho. Disse que não tinham liberado Lauro Müller, Orleans e São Ludgero, principalmente Lauro Müller e Orleans, por ser uma região de serra, e que depois de Lauro Müller tinham a Serra do Rio do Rastro, onde já era proibido. Continuando a sua apresentação em PowerPoint, citou vários trechos já liberados pelo Estado: entre Bom Jesus e Xanxerê; entre Chapeco à divisa com o Rio Grande do Sul, em Goio-En; do entroncamento da BR-280 até Matos Costa; de Matos Costa a Caçador; de Caçador a Lebon Régis; de Rio do Sul a Aurora; de Aurora a Ituporanga; do entroncamento da BR-280 até Três Barras; de Caçador a Rio das Antas; de Rio das Antas até Fraiburgo; de Ibicaré a Luzerna; no entroncamento da BR-470 com a SC-424; do entroncamento da SC-424 a Otacílio Costa; de Otacílio Costa ao entroncamento da BR-282. Com o intuito de facilitar o entendimento de todos sobre o que estava falando, mostrou o mapa do Estado de Santa Catarina no qual foram pintados de preto os trechos já liberados ligando algumas cidades às BRs, ressaltando que a região de Blumenau ainda estava em estudo, mas que o desejo era liberar também naquela região. Disse que o trecho do sul tinha sido o último a ser liberado e que estavam em análise as regiões de Ibirama, de Brusque e de Blumenau. afirmou que o Deinfra não poderia prejudicar a questão da economia, mas que existiam regras que deveriam ser seguidas e que por isso não poderiam liberar todas as rodovias, mesmo porque existiam algumas com apenas 1 metro de acostamento, razão pela qual estavam analisando caso a caso, e salientou que costumava dizer que no Deinfra eram administradores de conflitos, entre aspás, porque muitas vezes o cidadão que usava a rodovia somente para deslocamento ou para viagem de turismo desejava que ela fosse liberada a 100 quilômetros por hora, a 120 quilômetros por hora; já o morador do entorno gostaria que fossem

feitas lombadas a cada 10 metros, porque ele gostaria que a velocidade fosse de, no máximo, 20 quilômetros por hora; e aquele que transita carga gostaria que a rodovia fosse liberada somente para carga. Ressaltou que em função de estarem sempre administrando em cima de conflitos, estavam tentando liberar o máximo possível, por entenderem que o Brasil era voltado para o transporte de carga rodoviária, já que o ferroviário e o marítimo eram muito incipientes proporcionalmente ao veículo de carga, e pelo fato de o bitrem, em custo por tonelada, ser um veículo bem mais econômico. Concluindo, ressaltou que o mercado de bitrens estava crescendo muito e reafirmou que o Deinfra estava analisando caso a caso os pedidos de liberação, dentro do que exigiam as normas, pois não havia condições de liberar de forma genérica todas as rodovias, e se colocou à disposição para os questionamentos que se fizessem necessários. Retomando a palavra, o senhor Presidente agradeceu a explanação do senhor Paulo Meller e registrou a presença do senhor Fernando Driessen, consultor-geral de Articulação Estadual da Secretaria de Estado da Casa Civil; do senhor Mauro Vivan, assessor parlamentar, representando o Deputado Estadual Neodi Saretta; dos técnicos do Deinfra; do senhor Paulo França, Secretário Adjunto de Estado da Infraestrutura; do Deputado Estadual Joares Ponticelli e da Deputada Estadual Luciane Carminatti. Na sequência, passou a palavra ao senhor Pedro José de Oliveira Lopes, presidente da Federação das Empresas de Transportes de Cargas e Logística no Estado de Santa Catarina (Fetranesc), que cumprimentou as autoridades e os demais presentes e disse que era preciso esclarecer que tinha permanecido naquela reunião em respeito ao Poder Legislativo e ao governo do Estado, porque estava ali para uma conversa informal e não para uma audiência pública, já que numa audiência pública não estaria sozinho, pois o transportador estaria ali mostrando a realidade por ele enfrentada. afirmou ter em mãos todas as resoluções do Denatran (de 2006, 2008, 2011) e uma consultoria feita ao Denatran, há cerca de dez dias, que esclarecia bem a questão do bitrem no que dizia respeito a sua trafegabilidade; e reportando-se à reunião de Orleans, disse que o entendimento do grupo era que o assunto seria debatido ao máximo sem que houvesse alguma penalização às empresas de transporte ao longo do trecho, mas que lamentavelmente tinha em mãos duas autuações feitas pela Polícia Rodoviária de Santa Catarina sem que fosse especificado o artigo ao qual as empresas estavam cometendo a infração. afirmou que o assunto era muito grave e que a Fetranesc sempre demonstrava respeito aos governos, da mesma maneira como estava demonstrando ao Governador Raimundo Colombo, e citou que quando o então Governador Luiz Henrique havia assumido o governo, na primeira semana uma notícia estampada nos jornais dizia que o trânsito para os caminhões sairia da estrada na sexta-feira para voltar na segunda-feira. Disse que na ocasião haviam sido recebidos pelo então Governador na Agrônômica, que depois das considerações feitas, perguntou se eles teriam a solução para o problema. [Taquígrafa-Revisora: Siomara G. Videira.] Comentou que eles, envolvendo a Polícia Rodoviária Federal, a Polícia Rodoviária Estadual, a Secretaria da Infraestrutura, o Crea, a Fetranesc, e o presidente da Federação dos motoristas de Santa Catarina, acabaram por encontrar uma situação pacífica de convivência na BR-101 no que tangia ao período de turismo, observando que aquilo perpetuava atualmente. Disse que houve um disciplinamento no sentido de restringir, sem sanção e sem punição aos transportadores do Brasil inteiro que passavam pelo Estado de Santa Catarina, o trânsito dos veículos pesados de sexta-feira a domingo nas interseções de saída das praias e nos momentos de maior número de tráfego. Destacou que poucos conheciam a realidade do transporte e daquilo que eles sofriam nas rodovias de Santa Catarina e do Brasil. Observou que nos dias atuais não se falava mais naquele conflito de trânsito com relação ao turismo, ao ônibus e ao caminhão. Contou que 15% do trânsito da BR-101 foi desviado para a BR-116 há dois anos, tão pronto a rodovia oferecesse depois de concessionada as melhorias atuais. Salientou que nos momentos de crise, como ocorria na temporada, em entendimento com a Federação do Paraná e do Rio Grande do Sul, eles procediam da mesma forma. Com relação à apresentação do presidente do Deinfra, analisou que ficou claro que o problema não era o Deinfra, não era o comprimento do veículo, não eram as pontes, mas eram as estradas, uma vez que não havia a terceira faixa, não havia interseção, não havia acostamento, e disse que aquilo não era um problema deles, não era do Governador Raimundo Colombo e do Secretário Cobalchini, pois era um problema que vinha se arrastando e que não se resolvia, e, em termos de solução, não existia planejamento. Em seguida, dirigindo-se ao Presidente e aos Deputados, informou que um bitrem era licenciado pelo Detran, com placa licenciada, tinha o IPVA pago, com nota fiscal do veículo constando o ICMS, o que deixava retido nas fontes de arrecadação do Estado o ICMS integral sobre o diesel quando saía da distribuidora e já ia para o cofre do Estado, sendo o consumo de 2 bilhões e 200 milhões de litros por ano no Estado de Santa Catarina. Ante o exposto, perguntou quanto aquilo representava de ICMS que ficava no Estado. Continuando disse que pelo volume de consumo que havia dentro do Estado, vinha a Cide,

que retornava ao Estado em forma de benefício pelo consumo de diesel do caminhão que rodava trabalhando. Dessa forma, perguntou ao Deputado Valmir Comin como se poderia admitir que um bitrem licenciado não pudesse trafegar quando não havia uma lei específica que determinava a sua não trafegabilidade. Comentou que respeitava a exposição feita pelo presidente do Deinfra quando ele manifestou que se aquilo era um problema de estrada então não era um problema deles. Manifestou esperar ali, dentro do entendimento que estavam fazendo, a busca pacífica na solução dos problemas que existiam. Prosseguindo, perguntou se sabiam quanto custava atualmente um cavalo e uma carreta financiados, e lembrou que o motorista, quando autônomo, ou a pequena empresa, ou a grande empresa, ou o agregado tinha que pagar a prestação financiada, e lembrou que quando ocorria o transbordo, quando acontecia a retirada da articulação, era outro motorista, era outro cavalo, e aquilo gerava outro custo, e a carga continuava em cima da carreta, e todo aquele custo ia para o transportador. Dizendo que se eles foram autorizados, foram licenciados, se pagavam os impostos, se foram dadas as placas, se pagavam a autorização no Inmetro para liberação dos seus veículos, e as estradas não estavam adaptadas ao volume de trânsito, lançou a pergunta de quem fabricou e por que fabricou aquele tipo de caminhão. Prosseguindo, informou que atualmente havia aproximadamente cento e quarenta mil bitrens rodando no Brasil e perguntou por que não foi proibida a sua fabricação. Destacou que os bitrens fabricados eram vendidos para quem trabalhava, que para o motorista o bitrem era o seu material de trabalho. Ante o exposto, avaliou que se eles estavam autorizados o problema não era deles, o conflito não existia, e reafirmou que as estradas não eram adaptadas ao volume de trânsito existente. Deu conhecimento que a cada mês entravam no mercado quatrocentos veículos no Brasil; em Santa Catarina, eram quinhentos veículos; eram dois milhões de motos no ano em curso, eram cento e cinquenta mil motos por mês entrando no mercado, e as estradas e as cidades continuavam da mesma forma. Contou que atualmente nas cidades existiam ruas que eram estradas porque não houve um planejamento adequado ao longo do tempo para que se fizessem desvios, e quando um caminhão passava por ali ele ficava trancado, o que levava ao trancamento nas estradas estaduais e federais. Prosseguindo, informou também que havia o pagamento do seguro e das licenças ambientais, e salientou que para uma carreta transportar um produto perigoso de Santa Catarina para o Recife, se prevalecer a lei atual, tinha que passar por cada Município para tirar uma licença. Dito isso, informou que estavam trabalhando com a ANTT para que pudessem ter uma licença única, e que estavam parados com um veículo há trinta e cinco dias na Transportes Dalçoquio, em Veranópolis, por aberrações que existiam por falta de consciência de diálogo. Em seguida, avaliou que as razões que foram apresentadas eram tanto dos bitrens como dos veículos pequenos. Em relação à distância de visibilidade, disse que aquilo não era problema deles, mas sim da rodovia que não permitia a visibilidade, e deixou claro que não estava fazendo críticas porque sabia da dificuldade que existia, que datava de longo tempo. No que tangia às multas, afirmou que não iriam consertar aquilo tirando, agredindo, prejudicando as empresas que realizavam o transporte, que a multa iria para a carteira do motorista, que ele era o responsável pelas multas, e recordou que não foi aquilo o combinado. Disse que aquilo dava condição de uma ação judicial uma vez que não havia resolução, e não havendo resolução como poderiam receber multa. Afirmou que se as partes ali não chegarem ao entendimento proposto por ele, a reação deles seria diferente, iriam rodar com um bitrem na frente da Assembleia Legislativa para que todos pudessem entender o funcionamento de um bitrem rodando. Concluindo, avaliou que tinham que trabalhar, dentro de um entendimento, com aquela Comissão, com a Frente Parlamentar do Transporte, com a Assembleia, ou então teriam que falar com o Governador, uma vez que ele tinha que entender o problema de quem trabalha com bitrem, e reafirmou que o problema não era deles, e, sim, das estradas que não estavam adaptadas aquele tipo de veículo. Retomando a palavra, o senhor Presidente registrou que dada a urgência, e por ser um assunto extremamente pertinente, eles não tiveram tempo suficiente para fazer uma audiência pública, porém, por determinação da mesa, quando se encaminhava um pedido para ter o aparato da TVAL, da Rádio AleSC Digital e das taquígrafas, necessariamente a reunião precisava ser convocada como uma audiência pública, e ressaltou que o mérito era realmente trazer à tona aquela discussão. Destacou que aquela presidência e a Comissão sempre estiveram e estarão à disposição daquele setor. A seguir, analisou que estavam ali falando em rodotrens e bitrens, quando na verdade não havia ferrovias, porém, disse que era a realidade que estavam enfrentando. Reafirmou que estaria à disposição do segmento em quantas audiências fossem necessárias. A seguir, passou a palavra ao Vice-Presidente da Comissão de Transporte e Desenvolvimento Urbano, Deputado Estadual Manoel Mota, que após os cumprimentos de praxe disse que o Brasil não estudava o sistema viário quando liberava as fábricas para construir veículo para transporte, que elas não inventavam nada, apenas acatavam a decisão do governo federal.

Quanto ao problema de não haver estrada, avaliou que não era quem comprava o caminhão que tinha que pagar por aquilo, já que o comprador pagava todos os seus encargos pela aquisição, e acabava indo para a estrada trabalhar para poder pagar. Disse saber que datava de muito tempo o sofrimento do senhor Pedro José. Em seguida, comentou que estava respondendo um processo na Polícia Federal porque em Santa Catarina foi criado um projeto que proibia a circulação de caminhões nas estradas sexta-feira, sábado e domingo. Informou que mais de 90% do PIB era carregado em cima de caminhões e, nesse sentido, questionou como eles iriam parar de trafegar naqueles dias. Então, contou que ele e mais alguns companheiros fecharam a Ponte da Cabeçada, das 6h até as 16h, o que ocasionou uma fila comprida, e que apareceram oito ônibus da polícia de Florianópolis para abrirem a estrada, e, naquele momento, manifestou orgulho por ter sido caminhoneiro, já que contribuiu com o desenvolvimento do País. Avaliou que nos dias atuais se os caminhões pararem dez dias muitas cidades passariam fome. Disse que tinha conhecimento que a infraestrutura era pequena, que as estradas não eram preparadas para aquele tipo de transporte, porém, destacou que não era o caminhoneiro nem a empresa de transporte que tinham que pagar por aquilo, que tinha que se encontrar caminhos, ou então mandar parar de fabricar bitrem e rodotrem; que não havia outra saída e que aquela categoria não poderia ser penalizada. Recordou que as estradas construídas no Brasil eram inicialmente para carregar peso por truke, depois passou para carreta de dois eixos, depois para carreta de três eixos, o que permitia transportar trinta e duas toneladas, e que nos dias atuais um bitrem carregava quarenta toneladas. Dito isso, avaliou que atualmente se vive num momento bastante complicado. Continuando, mencionou a coragem do senhor Librelato ao montar uma fábrica de caminhões sabendo que iria enfrentar a Randon, a Guerra e tantas outras; que atualmente era uma empresa que crescia aceleradamente, inclusive invadindo a cidade de Tubarão, e analisou que se ele não fabricasse o caminhão a Randon e a Guerra iriam fabricar. Esclareceu que disse aquilo com muita propriedade porque ao longo da sua vida viveu em cima de um caminhão, onde fez seu patrimônio. Em seguida, contou que quando decidiu ser Prefeito de Araranguá não pôde mais voltar atrás e analisou que quem era político e trabalhava sério a tendência era o seu patrimônio desaparecer. Comentou que o Deinfra estava fazendo um esforço fora do comum para liberar alguns trechos e analisou que era preciso discutir o assunto numa grande audiência pública para que houvesse representação forte a fim de o governo assumir a melhoria daquelas estradas. [Taquígrafa-Revisora: Ana Rita M. de Souza.] Disse que havia estado recentemente na Itália e na China, que nestes países existiam muitas estradas e que todas elas possuíam acostamento, além de locais onde só passavam carretas e bitrens, afirmando que deveriam ser feitas estradas com a estrutura necessária para o tráfego destes veículos no Estado. Lembrou que desde o início da obra de duplicação da BR-101 vinha avisando de que aquela obra era uma porcaria, pois era uma obra que ainda não havia sido entregue e que, mesmo assim, já sofrera diversas alterações e reformas. Comentou que o governo federal havia construído uma estrada que não suportava a passagem de caminhões truke, citando que em Municípios como Içara o asfalto já estava com diversos remendos. Disse que no Brasil as empreiteiras ganhavam apenas 9% do montante da obra, mas que o aditivo era de 20%, o que fazia com que as empresas atrasassem as obras na intenção de lucrar com este atraso. Falou que como ex-caminhoneiro estava sempre ao lado daquela categoria, do desenvolvimento do setor no Estado e dos empresários do ramo, pois eram aqueles que lutavam pelo desenvolvimento de Santa Catarina e que preparavam o caminho para os que estavam começando na profissão. Disse que o Deinfra precisaria correr atrás para que o Estado pudesse encontrar solução àqueles problemas, caso contrário estaria penalizando as fábricas catarinenses que eram motivo de orgulho para o Estado, pois o Estado do Rio Grande do Sul continuaria fabricando bitrens e rodotrens. Finalizando, afirmou que ainda corria óleo diesel em suas veias e que nunca abandonaria a classe dos caminhoneiros. O senhor Presidente, Deputado Estadual Valmir Comin, registrou a presença dos Deputados Estaduais Nilson Gonçalves e Dirceu Dresch. Disse que os empresários brasileiros e catarinenses precisavam de segurança jurídica em todos os sentidos, e que propiciar aquela segurança era o papel dos governos estaduais e federal. Passou a palavra ao Deputado Estadual Darci de Matos, que disse que o Parlamento catarinense vinha recebendo muitos pleitos, salientando o comento de depoimento do presidente de Fetranesc, Pedro Lopes, o qual manifestou vontade de continuar produzindo e trabalhando, afirmando que o mínimo que os Deputados Estaduais e o governo poderiam fazer pelos trabalhadores do setor era a garantia de que estes poderiam continuar a transportar pelas rodovias do Estado a economia de Santa Catarina, que quase na totalidade era transportada pelas estradas. Disse que o Brasil vinha se desenvolvendo com índices similares aos da Índia na região Norte, porém Santa Catarina estava carecendo de investimentos de infraestrutura, tais como portos, ferrovias e rodovias, prejudicando os trabalhadores que transportam as

mercadorias e que não têm responsabilidade sobre os problemas de infraestrutura do Estado. Falou que não queria a realização de uma audiência pública, pois possivelmente naquele evento estariam estacionados dezenas de bitrens na frente do prédio da Alesc ou na frente do palácio do Governador, gerando discussões acirradas e que não seriam necessariamente a solução para o problemas do setor. Disse que precisavam ser encontradas alternativas ou, como havia proposto informalmente o Deputado Estadual José Nei Ascari, os Deputados deveriam reunir-se com o Governador Raimundo Colombo para tratar do assunto. Frisou que a judicialização daquela questão deveria ser evitada, pois como havia dito o senhor Pedro Lopes, a multa não se referia ao artigo, mas sobre a impossibilidade de os bitrens transitarem nas estradas de Santa Catarina, dizendo que assim a Justiça poderia tomar uma decisão que constrangeria a Polícia Militar catarinense e o governo do Estado. Encerrou dizendo esperar que as autoridades pertinentes lutassem pela melhoria da malha viária do Estado, pois uma categoria tão importante para a economia do Estado, a dos caminhoneiros e transportadores, merecia ter melhores condições de desenvolver suas atividades. Em seguida falou o Deputado Estadual José Nei Ascari. Citou que aquela era a terceira reunião da qual participava, afirmando que era movido ao debate pela constatação clara de prejuízos à economia de Santa Catarina. Disse que nunca lera nenhuma estatística que anunciava o aumento dos acidentes de trânsito provocados pela circulação dos bitrens nas rodovias catarinenses. Falou que as resoluções dos órgãos de trânsito vigentes até então eram antigas, e que no governo passado havia um entendimento entre os interessados que estavam satisfazendo todos os interesses envolvidos no assunto. Perguntou por que estava ocorrendo uma nova posição do Deinfra, pois queria entender a razão das modificações em relação às antigas orientações. O senhor Paulo Roberto Meller, presidente do Departamento Estadual de Infraestrutura do Estado de Santa Catarina (Deinfra), afirmou que desconhecia qualquer acordo que pudesse ter sido feito no passado com a Fetranesc, constatando apenas que o volume de bitrens crescera consideravelmente em Santa Catarina nos últimos dois anos, fato que ocasionou a liberação do corredor de bitrens, com a intenção de normatizar o tráfego. Reafirmou que não era contra a circulação dos bitrens, porém salientou que muitas estradas do Estado não possuíam a estrutura necessária para comportar este tipo de veículo. Afirmou que, por ter assumido o Deinfra a partir da mudança no governo estadual, desconhecia qualquer acordo entre o órgão e o antigo governo, prometendo inteirar-se do assunto - caso este fosse procedente. Confessou que, como cidadão catarinense, gostaria de liberar a circulação dos bitrens, mas que como administrador precisava administrar conflitos e vetar o uso dos bitrens em algumas estradas. Disse que a questão da liberação para a produção dos bitrens era uma coisa nova na indústria, e que todo o transportador que optava pela compra de um bitrem ou de um rodotrem sabia onde eles podem e onde eles não podem circular com estes veículos. Afirmou que atendia a algumas demandas, mas que tinha que dizer não a muitas outras, dizendo que sabia que seu automóvel poderia correr até os 200 quilômetros por hora, mas que tinha que respeitar os limites legais de velocidade. Disse que o Deinfra era um órgão técnico e que necessitaria analisar aquela situação, prometendo que as rodovias seriam liberadas na medida do possível, sendo analisada uma a uma. Comentou que naquele momento havia 600 quilômetros autorizados para a circulação de bitrens no Estado, todos em rodovias que ligam Municípios à BR-101. Citou que havia conversado com o Secretário Paulo França, propondo que fosse montado um grupo de trabalho com representantes da Fetranesc, da Secretaria de Infraestrutura e com alguns Deputados no sentido de analisar o tema e verificar a liberação das rodovias, pois realmente havia o risco de uma judicialização do processo. Disse que, a partir do momento em que o Deinfra liberasse algo que não estivesse dentro da norma legal, também poderia sofrer sanções, afirmando que isso deveria ficar claro e transparente para todos. [Taquígrafo-Revisor: Eduardo Delvalhas dos Santos] Reafirmou as palavras do senhor Pedro Lopes de que em tese vieram para uma reunião, não especificamente para uma audiência pública, mas que não tinham o porquê esconder de alguém a realidade. Afirmou que o Brasil não vem, historicamente, beneficiando a infraestrutura com a velocidade necessária para atender à demanda do atual crescimento. Considerou Santa Catarina um Estado diferenciado, no qual ainda se consegue fazer muitas coisas. Lembrou que em Santa Catarina existiam apenas dois ou três Municípios que não estavam ligados por rodovias asfálticas, enquanto no Rio Grande do Sul havia mais de setenta e no Paraná mais de cinquenta Municípios. Perspectivando tornar Santa Catarina o primeiro Estado da Federação a ter todos os Municípios com interligação asfáltica, justificou que só não foram concluídas por questões ambientais ou coisa parecida. Avaliou serem aquelas conquistas motivo de maior preocupação do que de vanglória, pois era inegável que a velocidade do crescimento estivesse acima dos investimentos em infraestrutura. Evidenciando que a demanda de projetos era muito demorada, indagou sobre questões acerca da infraestrutura dos cinco portos existentes no

Estado e do atendimento das ferrovias. Concluiu avaliando como um caminho certo a proposta do Secretário Paulo França, quer seja, de montarem um grupo com representantes da Fetranesc, do Governo do Estado, através do Deinfra e da Secretaria e da Assembleia Legislativa para diária ou semanalmente discutir e analisar caso a caso. Em seguida, o senhor Presidente, Deputado Valmir Comin, registrou a presença do senhor Ney Walmor Hubener, presidente da Associação dos Diplomados da Escola Superior de Guerra (Adesg), e do senhor Gabriel Ribeiro, do gabinete do Presidente Gelson Sorgato, bem como registrou a solicitação do representante da Fetranesc, de substituir a expressão acordo por diálogo. Prosseguindo, acatou a sugestão do Deputado Estadual Joares Ponticelli e concedeu a palavra primeiramente ao empresário José Carlos Librelato, para que as partes interessadas se manifestassem antes dos demais. O senhor José Carlos Librelato, após os cumprimentos, dirigiu-se ao senhor Paulo Roberto Meller afirmando que os bitrens eram liberados para andar 24 horas em todas as rodovias federais, sem qualquer restrição e disse ser diferentemente dos rodotrens que atendem à restrição de rodar somente durante o dia. Relatou dificuldades para receber cargas de aço transportadas do Rio Grande do Sul e de Curitiba, sobretudo pelo percurso liberado aos caminhões. Alertou para o vexame que iriam passar caso uma transportadora de maior porte resolvesse se manifestar acerca daquela situação. Sobre a redução do número de mortes nas estradas catarinenses, disse que “parado na fila ninguém morre”. Comparou os investimentos destinados às rodovias e o vultoso crescimento do número de veículos, motos e caminhões, indagando às autoridades responsáveis como seria daqui a cinco anos. Ressaltou sua preocupação como empresário e responsável pela geração de 1.600 empregos, e destacou a situação da empresa Fontanella Transportes, de Lauro Müller, localidade que não entra nem sai bitrens. Registrou que 90% da produção do Estado era distribuída através do transporte rodoviário, e que apesar de o Brasil ter cerca de 27 milhões de quilômetros de ferrovias, o transporte rodoviário era o mais viável. Concluiu solicitando atenção especial dos Parlamentares e do Deinfra para que a economia do Estado não ficasse travada. Prosseguindo, o senhor Presidente concedeu a palavra ao senhor Deputado Estadual Dirceu Dresch, que destacou a importante tarefa que a sugerida comissão iria desempenhar nos próximos anos, tendo em vista a urgência de o Estado planejar uma estratégia de desenvolvimento das rodovias estaduais para os próximos trinta ou quarenta anos. Pontuou os problemas da BR-101, observando que naquele caso existia a perspectiva de terminar a obra e melhorar a situação, mas que para os problemas seriíssimos no Estado não se tinha nenhuma perspectiva. Lamentou o fato de o Brasil não ter investido em ferrovias, abandonando o que existia de estratégia ferroviária. Dando prosseguimento, o senhor Presidente, Deputado Valmir Comin, concedeu a palavra ao Deputado Estadual Nilson Gonçalves que observou que a inteligente idéia do bitrem demorou muito para chegar ao Brasil, considerando a significativa economia para quem transporta. Disse não entender onde poderia estar o problema, e perguntou quais seriam as dificuldades técnicas que justificariam as restrições estabelecidas. Finalizou enfatizando a importância de tratar o assunto sem atravancar o progresso do País por conta de entendimentos equivocados. [Taquígrafo-Revisor: Sandra Coelho] Em seguida, o senhor Presidente, Deputado Valmir Comin, concedeu a palavra ao senhor Paulo Roberto França, Secretário Adjunto de Estado da Infraestrutura, que cumprimentou os Deputados e os senhores Paulo Meller e Pedro Lopes. Justificou a ausência do Secretário Kobalchini e informou que tinham realizado uma tratativa no Centro Administrativo, acrescentando que o Secretário não tinha sido comunicado sobre a realização que estava acontecendo. Disse que o grupo de trabalho a ser criado deveria ser objetivo, rápido e com certa frequência de reuniões para que fossem ajustando e construindo a solução da demanda, que lá havia sido colocado por todos, em relação ao desenvolvimento econômico e as ações que precisariam operar, complementando que nos encaminhamentos já poderia ser formado o grupo e marcada a primeira reunião. Contou que estavam elaborando, em relação à infraestrutura de Santa Catarina, um termo de referência ao planejamento da logística de transporte do Estado, que no máximo em noventa dias o processo estaria concluído e iniciaram o planejamento, que era o consenso e a posição de todos que estavam na reunião, para que fosse reajustado o planejamento para trinta ou quarenta anos em todas as modalidades, na rodoviária, na ferroviária e na área portuária. Agradeceu a todos pela oportunidade. O Deputado Estadual Joares Ponticelli, fazendo uso da palavra, parabenizou o Deputado Estadual Valmir Comin pela iniciativa do debate. Relatou que apesar de não conhecer muito sobre o assunto sabia que afetava o Estado, principalmente a região. Comentou que ficava pensando sobre os dados que tinham sido apresentados na reunião do BRDE, quando tinha sido apresentado o projeto das usinas de dejetos da suinocultura à agricultura para a região de Braço do Norte, que deveria ser implantado em todo o Estado. Isto exposto, observou que estavam produzindo 4% do total da carne suína e passariam a produzir 21%; que

era necessário se preocupar como chegaria o alimento para toda aquela criação se não adaptar o meio de transporte; que aquela ação deveria acontecer rapidamente porque senão o tráfego naquela região correria o risco de ficar parado. Expôs que gostava da idéia da criação do grupo de trabalho, que era democrática, mas também era importante ter data para iniciar e acabar a fim de oportunizar a todos que se interessavam na produção de resultados para não agravar ainda mais os problemas naquela região e no Estado. O senhor Deputado Estadual Darci de Matos, falando a seguir, saudou a todos e comentou que alguns bitrens já estavam sendo multados. Em relação à criação do grupo de trabalho e considerando a urgência, solicitou que a reunião fosse marcada para o próximo dia porque o Deinfra havia liberado uma malha x em rodovias e a Fetranesc não tinha ficado satisfeita. Ante o exposto, disse que a Fetranesc, na pessoa do senhor Pedro, levasse uma proposta de liberação das rodovias para a reunião de trabalho e que as multas fossem suspensas até o próximo dia, e caso não houvesse o consenso era preciso falar com o governador. O senhor Deputado Dirceu Dresch, cumprimentou todos e disse que a questão era complexa, explicando que nos acessos dos Municípios pequenos, que foram realizados nos últimos anos, não poderia ser liberada carga extremamente pesada naquelas estradas porque estragariam todo o acesso, que em alguns Municípios já estava danificando. Concordeu com a proposta do Deputado Darci de Matos, e acrescentou que era necessário verificar onde havia mais pressão para ser realizada uma avaliação e que era preciso ter cuidado para não danificar o que estava inteiro. O senhor Presidente, Deputado Estadual Valmir Comin, passou a palavra para encaminhamentos. O senhor Pedro José de Oliveira Lopes, presidente da Federação das Empresas de Transportes de Cargas e Logística no Estado de Santa Catarina (Fetranesc), para encaminhamentos, disse que a Resolução 2006 e a Portaria 93/2008 do Denatram dizia claramente que as combinações de 57 toneladas, com o cumprimento de 19,80 estavam dispensadas do código de AIT, explicando que quando isso ocorria elas estavam prontas para rodar. Disse que os problemas não eram os bitrens e nem as pontes, mas as rodovias. afirmou que aceitava a proposição, complementando que o Deinfra deveria tomar uma posição em relação às multas que foram aplicadas porque elas estavam fundamentadas e não havia sustentação da formas que lá estavam, e uma ação em cima daquilo poderia ser liberada no Estado até que o problema fosse resolvido. Explicou que não estavam lá para discutir questões que emperrassem ou criassem problemas, relatando que estava a onze anos na federação e que nunca houve conflito com o governo porque o comportamento que tinham era o do diálogo. Disse que o pensamento da federação era que o Estado tivesse um projeto que oferecesse um planejamento de adaptação das estradas para que atendesse a demanda e houvesse um prazo nos pontos que existiam conflitos, para que as estradas fossem adaptadas para poder atender o equipamento e não retirá-los definitivamente de circulação. Ressaltou que aquele era o tipo de planejamento que concordavam trabalhar, o de buscar uma solução planejada e uma solução para as áreas que não atendiam o encaminhamento do bitrem. O senhor Deputado Estadual Manoel Mota, avaliou que no Estado de Santa Catarina não fechavam mais as rodovias das 14h às 16h para não cair na antipatia do País. Expôs que ainda estava respondendo um processo na Polícia Federal e propôs que enquanto não fosse concluído processo e a discussão os caminhoneiros não poderiam ser penalizados com multas e pontos na carteira de habilitação, sugerindo que aquelas questões fossem suspensas. O senhor Paulo Roberto Meller, presidente do Departamento Estadual de Infraestrutura do Estado de Santa Catarina (Deinfra), disse que o que o senhor Pedro falou foi sobre Denatram, esclarecendo que o que estava liberado estava dentro de rodovias federais. Informou que a mesma proposta foi levada ao Município de Orleans e tinha saído da reunião achando que aquilo tivesse sido acordado; que naquele momento estavam dizendo que era mais para o Morro da Fumaça. Isso exposto, esclareceu que se aquele questionamento tivesse sido levantado naquela reunião, em relação ao Município do Morro da Fumaça ou Criciúma, a questão estaria sendo estudada, afirmando que o traçado da nova rodovia não havia sido discutido na reunião. Como encaminhamento, solicitou que a Fetranesc deveria encaminhar para eles a relação de rodovias que queriam que fossem liberadas porque no Estado tinha sete mil quilômetros de rodovias. Destacou que era preciso dar um prazo e que fosse fornecida uma relação do que gostariam que fosse liberado para que os técnicos analisassem em cima das propostas e depois fosse marcada uma reunião. O senhor Pedro José de Oliveira Lopes solicitou que o prazo fosse para a próxima terça-feira porque precisaria consultar três sindicatos e perguntou como iria ficar o período. O senhor Paulo Roberto Meller respondeu que o que estava liberado assim continuaria, e onde não estivesse eles não poderiam liberar em função daquilo que o Deputado Dirceu Dresch havia falado. afirmou não poder falar num afã que estava tudo liberado pois que aquilo era uma coisa complexa e temerária afirmar. O senhor Pedro José de Oliveira Lopes, questionou se continuaria sendo multado porque havia recebido uma multa na rodovia 438. O senhor Paulo

Roberto Meller solicitou uma cópia das multas e se comprometeu até sexta-feira dar uma posição e que gostaria de uma cópia das multas para ver onde havia sido multado porque se houvesse sido na 438 a multa estava equivocada. O senhor Presidente Deputado Estadual Valmir Comin, perguntou se estava acordado no raciocínio de que a Fetranesc iria fazer uma proposta, o que foi respondido afirmativamente pelo senhor Pedro José de Oliveira Lopes que disse ainda que iria fazer cópia da multa e encaminhar à Secretaria. Na sequência, o senhor Presidente convocou uma reunião para a próxima terça-feira, às 11h, na sala da Comissão, e convidou os demais membros da Comissão para participarem. Não havendo mais nada a tratar, encerrou a presente reunião. [Taquígrafa-Revisora: Jacqueline de O.V. Bitencourt]

DEPUTADO ESTADUAL VALMIR COMIN
PRESIDENTE DA COMISSÃO DE TRANSPORTES E DESENVOLVIMENTO URBANO
*** X X X ***

PORTARIAS

PORTARIA Nº 555, de 26 de março de 2012

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE:

LOTAR a servidora **VIVIANE CAMARGOS DE SOUSA**, matrícula nº 6341, na DL - CC - Comissão de Constituição e Justiça, a partir de 22 de março de 2012.

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 556, de 26 de março de 2012

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: com fundamento no parágrafo único do art. 158 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

PRORROGAR por trinta dias os efeitos da Portaria nº 111, de 07 de fevereiro de 2012, que constituiu Comissão de Sindicância, e da Portaria nº 148, de 14 de fevereiro de 2012, que designou Armando Luciano Carvalho Agostini, Matrícula nº 1901, em substituição ao servidor José Carlos da Silveira.

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 557, de 26 de março de 2012

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: com fundamento no art. 3º, IV, da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, e em conformidade com a Resolução nº 967, de 11 de dezembro de 2002,

DESIGNAR os servidores abaixo relacionados para realizar os procedimentos previstos no Edital de Pregão nº 014/2012.

Matr	Nome do Servidor	Função
0947	Valter Euclides Damasco	Pregoeiro
1332	Hélio Estefano Becker Filho	Pregoeiro substituto
1877	Antonio Henrique Costa Bulcão Viana	Equipe de apoio
1998	Bernadete Albani Leiria	
1039	Victor Inácio Kist	
2016	Carlos Henrique Monguilhott	

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

REDAÇÕES FINAIS

EMENDA SUBSTITUTIVA GLOBAL AO PROJETO DE LEI N. 029/2012 Art. 1º O Projeto de Lei nº 002.3/2012 passa ter a seguinte redação: PROJETO DE LEI N. 029.3/2012

Declara de utilidade pública o Instituto Socio-Econômico Nossa América - ISEA, com sede no Município de Balneário Camboriú.

A Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina decreta:

Art. 1º Fica declarado de utilidade pública o Instituto Socio-Econômico Nossa América - ISEA, com sede no Município de Balneário Camboriú.

Art. 2º À entidade de que trata o artigo anterior ficam assegurados todos os direitos e vantagens da legislação vigente.

Art. 3º A entidade deverá encaminhar, anualmente, à Assembleia Legislativa, até o dia 17 de julho do exercício subsequente, para o devido controle, sob pena de revogação da presente Lei, os seguintes documentos:

- I - relatório anual de atividades do exercício anterior;
- II - atestado de funcionamento atualizado, nos termos da legislação vigente;

III - certidão atualizada do registro da entidade no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas; e

IV - balancete contábil.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão em

Deputado Romildo Titon

APROVADO EM TURNO ÚNICO

Em Sessão de 21/03/2012

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N. 029/2012

Declara de utilidade pública o Instituto Socio-Econômico Nossa América - ISEA, com sede no Município de Balneário Camboriú.

A Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina decreta:

Art. 1º Fica declarado de utilidade pública o Instituto Socio-Econômico Nossa América - ISEA, com sede no Município de Balneário Camboriú.

Art. 2º À entidade de que trata o artigo anterior ficam assegurados todos os direitos e vantagens da legislação vigente.

Art. 3º A entidade deverá encaminhar, anualmente, à Assembleia Legislativa, até o dia 17 de julho do exercício subsequente, para o devido controle, sob pena de revogação da presente Lei, os seguintes documentos:

- I - relatório anual de atividades do exercício anterior;
- II - atestado de funcionamento atualizado, nos termos da legislação vigente;

III - certidão atualizada do registro da entidade no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas; e

IV - balancete contábil.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 22 de março de 2012

Deputado Romildo Titon

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

*** X X X ***

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N. 052/2012

Institui o Dia Estadual do Servidor Fazendário do Estado de Santa Catarina.

A Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina decreta:

Art. 1º Fica instituído o Dia Estadual do Servidor Fazendário do Estado de Santa Catarina, a ser comemorado no dia 21 de março.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 20 de março de 2012

Deputado Romildo Titon

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

*** X X X ***

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N. 074/2012

Autoriza a aquisição de imóvel no Município de Urubici.

A Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina decreta:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a adquirir, por doação do Município de Urubici, o imóvel com área de 655,26 m² (seiscentos e cinquenta e cinco metros e vinte e seis décimos quadrados), com benfeitorias, matriculado sob o nº 4.946 no Registro de Imóveis da Comarca de Urubici.

Art. 2º A aquisição do imóvel de que trata esta Lei tem como finalidade viabilizar a instalação do Quartel da Polícia Militar de Urubici, tendo sido sua doação autorizada pela Lei municipal nº 893, de 11 de dezembro de 2003.

Art. 3º As despesas com a execução desta Lei correrão por conta do Orçamento Geral do Estado - Secretaria de Estado da Segurança Pública.

Art. 4º O Estado será representado no ato de doação pelo titular da Secretaria de Estado da Administração ou pelo titular da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional de São Joaquim.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 22 de março de 2012

Deputado Romildo Titon

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

*** X X X ***

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N. 098/2012

Revoga a Lei nº 12.020, de 2001, que declara de utilidade pública a Associação da Terceira Idade e Assistencial São José Operário de Blumenau.

A Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina decreta:

Art. 1º Fica revogada a Lei nº 12.020, de 14 de dezembro de 2001, que declarada de utilidade pública a Associação da Terceira Idade e Assistencial São José Operário de Blumenau.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 21 de março de 2012

Deputado Romildo Titon

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

*** X X X ***

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N. 528/2011

Declara de utilidade pública a Associação de Pais, Amigos e Pessoas com Deficiência, de Funcionários do Banco do Brasil e da Comunidade - APABB, de São José.

A Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina decreta:

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a Associação de Pais, Amigos e Pessoas com Deficiência, de Funcionários do Banco do Brasil e da Comunidade - APABB, com sede no Município de São José

Art. 2º À entidade de que trata o artigo anterior ficam assegurados todos os direitos e vantagens da legislação vigente.

Art. 3º A entidade deverá encaminhar, anualmente, à Assembleia Legislativa, até o dia 17 de julho do exercício subsequente, para o devido controle, sob pena de revogação da presente Lei, os seguintes documentos:

- I - relatório anual de atividades do exercício anterior;
- II - atestado de funcionamento atualizado, nos termos da legislação vigente;

III - certidão atualizada do registro da entidade no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas; e

IV - balancete contábil.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 22 de março de 2012

Deputado Romildo Titon

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

*** X X X ***

EMENTA MODIFICATIVA AO PROJETO DE LEI Nº 0534.4/2011

O art. 3º do Projeto de Lei nº 0534.4/2011 passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 3º A entidade deverá encaminhar, anualmente, à Assembleia Legislativa, até o dia 17 de julho do exercício subsequente, para o devido controle, sob pena de revogação da presente Lei, os seguintes documentos:

I - relatório anual de atividades do exercício anterior, nos termos da legislação vigente;

II - atestado de funcionamento atualizado, nos termos da legislação vigente;

III - certidão atualizada do registro da entidade no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas; e

IV - balancete contábil."

Sala da Comissão, em

Deputado Romildo Titon

Relator

APROVADO EM TURNO ÚNICO

Em Sessão de 21/03/2012

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N. 534/2011

Declara de utilidade pública a União das Associações dos Conselhos Locais de Saúde - Município de Içara, com sede no Município de Içara.

A Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina decreta:

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a União das Associações dos Conselhos Locais de Saúde - Município de Içara, com sede no Município de Içara.

Art. 2º À entidade de que trata o artigo anterior ficam assegurados todos os direitos e vantagens da legislação vigente.

Art. 3º A entidade deverá encaminhar, anualmente, à Assembleia Legislativa, até o dia 17 de julho do exercício subsequente, para o devido controle, sob pena de revogação da presente Lei, os seguintes documentos:

I - relatório anual de atividades do exercício anterior, nos termos da legislação vigente;

II - atestado de funcionamento atualizado, nos termos da legislação vigente;

III - certidão atualizada do registro da entidade no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas; e

IV - balancete contábil.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 22 de março de 2012

Deputado Romildo Titon

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

*** X X X ***

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N. 535/2011

Declara de utilidade pública a Associação da 3ª Idade - CONVIVER - de Major Vieira, com sede no Município de Major Vieira.

A Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina decreta:

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a Associação da 3ª Idade - CONVIVER - de Major Vieira, com sede no Município de Major Vieira.

Art. 2º À entidade de que trata o artigo anterior ficam assegurados todos os direitos e vantagens da legislação vigente.

Art. 3º A entidade deverá encaminhar, anualmente, à Assembleia Legislativa, até o dia 17 de julho do exercício subsequente, para o devido controle, sob pena de revogação da presente Lei, os seguintes documentos:

I - relatório anual de atividades do exercício anterior;

II - atestado de funcionamento atualizado, nos termos da legislação vigente;

III - certidão atualizada do registro da entidade no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas; e

IV - balancete contábil.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 22 de março de 2012

Deputado Romildo Titon

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

*** X X X ***

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N. 564/2011

Declara de utilidade pública a Associação Olhos para o Futuro, de Itapema.

A Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina decreta:

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a Associação Olhos para o Futuro, com sede no Município de Itapema.

Art. 2º À entidade de que trata o artigo anterior ficam assegurados todos os direitos e vantagens da legislação vigente.

Art. 3º A entidade deverá encaminhar, anualmente, à Assembleia Legislativa, até o dia 17 de julho do exercício subsequente, para o devido controle, sob pena de revogação da presente Lei, os seguintes documentos:

I - relatório anual de atividades do exercício anterior;

II - atestado de funcionamento atualizado, nos termos da legislação vigente;

III - certidão atualizada do registro da entidade no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas; e

IV - balancete contábil.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 22 de março de 2012

Deputado Romildo Titon

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

*** X X X ***

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N. 565/2011

Declara de utilidade pública o Instituto Lions do Distrito LD-9, de São José.

A Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina decreta:

Art. 1º Fica declarado de utilidade pública o Instituto Lions do Distrito LD-9, com sede no Município de São José.

Art. 2º À entidade de que trata o artigo anterior ficam assegurados todos os direitos e vantagens da legislação vigente.

Art. 3º A entidade deverá encaminhar, anualmente, à Assembleia Legislativa, até o dia 17 de julho do exercício subsequente, para o devido controle, sob pena de revogação da presente Lei, os seguintes documentos:

I - relatório anual de atividades do exercício anterior;

II - atestado de funcionamento atualizado, nos termos da legislação vigente;

III - certidão atualizada do registro da entidade no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas; e

IV - balancete contábil.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 22 de março de 2012

Deputado Romildo Titon

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

*** X X X ***

EMENDA MODIFICATIVA AO PROJETO DE LEI Nº 0566.1/2011

O inciso II do art. 3º do Projeto de lei nº 0566.1/2011 passa a ter a seguinte redação:

Art. 3º.....

II - atestado de funcionamento atualizado, nos termos da legislação vigente;

APROVADO EM TURNO ÚNICO

Em sessão de 21/03/2012

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N. 566/2011

Declara de utilidade pública a Associação do Conservatório de Artes Musicais - ACAM, de Chapecó.

A Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina decreta:

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a Associação do Conservatório de Artes Musicais - ACAM, com sede no Município de Chapecó.

Art. 2º À entidade de que trata o artigo anterior ficam assegurados todos os direitos e vantagens da legislação vigente.

Art. 3º A entidade deverá encaminhar, anualmente, à Assembleia Legislativa, até o dia 17 de julho do exercício subsequente, para o devido controle, sob pena de revogação da presente Lei, os seguintes documentos:

I - relatório anual de atividades do exercício anterior;

II - atestado de funcionamento atualizado, nos termos da legislação vigente;

III - certidão atualizada do registro da entidade no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas; e

IV - balancete contábil.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 22 de março de 2012

Deputado Romildo Titon

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

*** X X X ***

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N. 568/2011

Declara de utilidade pública o Instituto João Eduardo Lasta, de Iporã do Oeste.

A Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina decreta:

Art. 1º Fica declarado de utilidade pública o Instituto João Eduardo Lasta, com sede no Município de Iporã do Oeste.

Art. 2º À entidade de que trata o artigo anterior ficam assegurados todos os direitos e vantagens da legislação vigente.

Art. 3º A entidade deverá encaminhar, anualmente, à Assembleia Legislativa, até o dia 17 de julho do exercício subsequente, para o devido controle, sob pena de revogação da presente Lei, os seguintes documentos:

I - relatório anual de atividades do exercício anterior;

II - atestado de funcionamento atualizado, nos termos da legislação vigente;

III - certidão atualizada do registro da entidade no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas; e

IV - balancete contábil.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 22 de março de 2012

Deputado Romildo Titon

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

*** X X X ***

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N. 570/2011

Declara de utilidade pública o Instituto Cultural do Planalto Catarinense - ICPC, de Correia Pinto.

A Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina decreta:

Art. 1º Fica declarado de utilidade pública o Instituto Cultural do Planalto Catarinense - ICPC, com sede no Município de Correia Pinto.

Art. 2º À entidade de que trata o artigo anterior ficam assegurados todos os direitos e vantagens da legislação vigente.

Art. 3º A entidade deverá encaminhar, anualmente, à Assembleia Legislativa, até o dia 17 de julho do exercício subsequente, para o devido controle, sob pena de revogação da presente Lei, os seguintes documentos:

I - relatório anual de atividades do exercício anterior;

II - atestado de funcionamento atualizado, nos termos da legislação vigente;

III - certidão atualizada do registro da entidade no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas; e

IV - balancete contábil.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 22 de março de 2012

Deputado Romildo Titon

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

*** X X X ***